

tempo e presença

Publicação do CEDI • Número 224 • Outubro de 1987 • Cz\$ 25,00

1917 — 1987

70 ANOS DE SOCIALISMO



tempo e presença

Revista mensal do
CEDI

Outubro 87

CEDI Centro Ecumênico de
Documentação e Informação

Rua Cosme Velho, 98, fundos
Telefone: (021) 205-5197
22241 - Rio de Janeiro - RJ

Av. Higienópolis, 983
Telefone: (011) 825-5544
01238 - São Paulo - SP

Conselho Editorial

Aloizio Mercadante Oliva
Carlos Rodrigues Brandão
José Oscar Beozzo
José Roberto Pereira Novaes
Luiz Eduardo Wanderley
Milton Schwantes
Rubem Alves

Editores

Jether Pereira Ramalho

Jornalista Responsável

José Domingos Bragheto
Reg. Prof. n.º 8.763

Secretário de Redação

Flávio Irala

Diagramação e

Secretaria Gráfica

João Francisco Esvael

Capa

André Toral, sobre tema da
capa da revista A
Internacional Comunista, de
1919.

Fotolito

Rei Tom
Arte&Fotolito

Impressão e

Acabamento

Gráfica Pirâmide

Preço do exemplar avulso:

Cz\$ 25,00

Assinatura anual:

Cz\$ 200,00

Assinatura de apoio:

Cz\$ 300,00

Cartas

Lendo o artigo *neo-
peleguismo e o novo sindicalismo* de Aloizio Mercadante Oliva, gostaria de tecer alguns rápidos e poucos comentários devido ao tempo e espaço.

Entendemos que a questão fundamental na luta que a classe operária (muitos confundem com classe trabalhadora) e seus aliados devem enfrentar na construção de uma democracia socialista, constitui uma questão histórica, que é a *unidade sindical* versus *pluralidade sindical*.

No passado, os anarquistas, no Brasil mais os anarco-sindicalistas, defendiam a *pluralidade sindical*, bem como o sindicato de minorias, a não participação da política, e com isto as vitórias conquistadas não eram convertidas em *lei*. Hoje, entendemos que muita coisa ainda resta de influência anarquista no incipiente e jovem movimento operário e popular brasileiro.

A questão da *unidade*, como tão bem destacou o articulista, os trabalhadores (operários e trabalhadores de outros setores, como departamento pessoal) independentemente de ideologias, partidos, inclusive burgueses e atrasados, religiões idem partidos, raças, crenças etc, devem participar de um único sindicato. Isto evita que os sindicatos sejam correia de transmissão de partidos ou partidários.

Também achamos que a *unidade* deve ser pela prática e também pela *lei*, garantida pelo Estado (*unicidade*), e para isto convertida politicamente, legalizada. Pois caso seja legalizada a pluralidade sindical, que é o que a OIT possui de negativo, uma mesma categoria poderá contar com vários sindicatos partidários, inclusive o dos patrões, e para isto muitas empresas já possuem os seus grêmios patronais, clubes etc.

Na atualidade existem muitos poucos anarquistas sérios, que refletiram o início do capitalismo (já estamos no fim). A pluralidade sindical é defendida atualmente pela social-democracia, tendo como líder o Partido Social Democrata da Alemanha Federal. Devemos

lembrar que Napoleão já dizia: "Dividir para reinar".

Henrique Souza Miranda
Pouso Alegre (MG)

Desejamos possuir em nosso acervo a conceituada publicação *Tempo e Presença*. Para isso solicitamos a sua colaboração, no sentido de incluir o nome da biblioteca do Centro de Estudos Superiores do Estado do Pará na lista de remessa desse periódico.

Na certeza de uma resposta positiva a esta solicitação, agradecemos antecipadamente.

Ana Maria Valente Sanches
Belém (PA)

Eu venho pedir-lhes o favor de me enviarem a sua revista mensal e, se possível, alguns outros subsídios que vocês publicam e que tanto apoio me

dão. Vocês não podem imaginar como é importante receber as suas baforadas de ar combativo e criador. Tanto falando do aspecto eclesial (e eclesiástico) como político. Creio ser-lhes bem difícil imaginar como é importante qualquer pequena ação para romper o isolamento, o bloqueio informativo. Desde há anos que me dedico a este serviço. Muitas pessoas, depois, lêem aquilo que vem conseguindo chegar em meu nome. Hoje já está sendo bem mais fácil. Aí do Brasil, estou recebendo *Sem Fronteiras* e os *Boletins do Cebi*. Eles circulam de mão em mão e, como muito cuidado, estamos conseguindo não perdê-los. De Portugal recebemos o *Libertar* e a revista *Bíblica*. Claro que tudo isto é quase que nada para a enormidade das necessidades.

José Luzia Gonçalves
Nampula, Moçambique

LEVANTAMENTO POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

Volume 3 - Amapá/Norte do Pará	Cz\$ 200,00
Volume 5 - Javari	Cz\$ 150,00
Volume 8 - Sudeste do Pará (Tocantins)	Cz\$ 200,00

ACONTECEU ESPECIAL

Trabalhadores rurais 1980	Cz\$ 30,00
Trabalhadores urbanos 1980	Cz\$ 30,00
Trabalhadores urbanos 1981	Cz\$ 30,00
Trabalhador rural 1981	Cz\$ 30,00
Fiat 1981	Cz\$ 30,00
Igrejas: Desenvolvimento e participação popular	Cz\$ 50,00
Povos indígenas no Brasil 83	Cz\$ 150,00
Povos indígenas no Brasil 84	Cz\$ 220,00

CADERNOS DO CEDI

Canavieiros em greve	Cz\$ 70,00
Educação popular: Alfabetização e primeiras contas	Cz\$ 50,00
Sexta assembléia do CMI	Cz\$ 100,00
Peões e garimpeiros: Terra e trabalho no Araguaia	Cz\$ 50,00
Roças comunitárias & outras experiências de coletivização	Cz\$ 50,00
Deixar vir a mim os pequeninos	Cz\$ 50,00

Índice

Socialismo

- 4 O SOCIALISMO NO MUNDO
Octavio Ianni
- 6 OS 70 ANOS DA REVOLUÇÃO RUSSA
Marco Aurélio Garcia
- 8 SOCIALISMO: OS PRIMEIROS 70 ANOS
Emir Sader
- 11 O SOCIALISMO NA AMÉRICA LATINA
Paulo R. Schilling
- 14 SOCIALISMO AFRICANO: UM CAMINHO MUITO DIFÍCIL
Carlos Castilho
- 17 DIÁLOGO COM A IGREJA NA UNIÃO SOVIÉTICA
Jether Pereira Ramalho
- 21 A RELIGIÃO NO SOCIALISMO REAL
Pedro Ribeiro de Oliveira
- 23 SOCIALISMO REAL E TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO
Leonardo Boff

Constituinte

- 25 COMO SERIA O NEOPARLAMENTARISMO ESTADUAL?
Cesar Caldeira

Rubem Alves

- 26 SEI QUE A VIDA VALE A PENA...

Bíblia hoje

- 28 A ADMINISTRAÇÃO DOS CONFLITOS NOS ATOS DOS APÓSTOLOS
Tereza Cavalcanti

Livros

- 31 MARX E A RELIGIÃO
Julio de Santa Ana

Última página

CRONOLOGIA DAS PRINCIPAIS REVOLUÇÕES SOCIALISTAS

Uma nova proposta de sociedade

O século que estamos terminando foi marcado por acontecimentos muito significativos nos diversos setores da vida social. A conquista do espaço, a universalização das comunicações, o uso da energia nuclear pacífica e belicamente, enfim um tão grande número de inovações em diversas áreas mudou profunda e rapidamente a face do mundo.

No campo da política tornou-se inquestionável a contribuição da teoria marxista na formação de uma nova visão de mundo, juntando elementos teóricos de interpretação da realidade com a proposta de um modelo político que mudava radicalmente a base de estruturação da sociedade. Apareceu dessa forma um consistente questionamento ao projeto de capitalismo liberal que se julgava sedimentado e um novo caminho de progresso para os diversos países do mundo. A proposta do socialismo surgiu como uma proposta que iria satisfazer às aspirações e necessidades das vastas camadas populares, que permaneciam pobres e miseráveis, apesar do enriquecimento de certos núcleos de poder, que aumentavam gradativa e continuamente suas riquezas.

Somente em 1917, na União Soviética, essa proposta começou a tomar forma concreta com a implantação do primeiro regime socialista, baseado explicitamente nos princípios do marxismo-leninismo. Processo difícil, encontrando obstáculos, cometendo exageros e sofrendo oposições de muitas naturezas. Imediatamente todas as forças dos países capitalistas, econômicas, ideológicas e religiosas, usando todos os poderosos meios de que dispõem, inclusive os modernos meios de comunicação social, colocaram-se em total oposição a esse novo projeto político, que pela sua profundidade e extensão universal passou a ser uma real ameaça à hegemonia do sistema capitalista. Também muitas igrejas entraram nesse esquema, com argumentação teológica que julgava e condenava a nova proposta como sendo capaz de exterminar o sentimento religioso e de se constituir em ameaça à própria crença em Deus. Muitos preconceitos foram sendo criados e imagens negativas passaram a ser consideradas verdadeiras. O processo de implantação do socialismo, entretanto,

foi se concretizando e o que é mais importante, ampliou-se. Experimentou outros caminhos, inovou na sua estratégia, quebrou certos esquemas e frustrou algumas profecias.

Neste ano comemora-se setenta anos da primeira experiência socialista. É certo que a proposta é ainda muito jovem para avaliação mais profunda. Os grandes acontecimentos históricos não se consolidam totalmente num período tão curto. O sistema capitalista já está fazendo quatro séculos. Pode-se, entretanto, verificar que a proposta socialista já é realidade inegável. Muitos dos preconceitos criados, de tão falsos e artificiais que eram, foram ultrapassados. As próprias igrejas reavaliaram também suas atitudes. Começaram a perceber os muitos aspectos positivos do novo sistema.

A própria metodologia de análise da realidade, que o marxismo introduziu, mostrou-se eficiente e quase indispensável ao entendimento dos mecanismos do sistema capitalista e na formulação das pastorais. O diálogo foi amadurecendo, as tensões foram se tornando elementos positivos de avaliação e de avanço. A participação efetiva das igrejas e dos cristãos nos movimentos populares que lutam por justiça e igualdade, a sua opção pelos pobres e oprimidos com todas as conseqüências que têm trazido o reconhecimento por parte dos governos socialistas da importância da profundidade dos sentimentos religiosos do povo, foram criando novas perspectivas e mostrando convergências fecundas e inegáveis, que têm deixado perplexos e enfiados alguns grupos sectários e estreitos.

Neste número de Tempo e Presença apresentamos reflexões sobre essas sete décadas, tanto de pessoas ligadas às igrejas como às ciências sociais, com o objetivo de possibilitar a compreensão de um dos sinais que marcaram nosso tempo. Certamente que alguns textos trazem opiniões diferentes sobre o processo de implantação do socialismo neste período. O importante é que essa data significativa para a história contemporânea seja um momento em que se instaure um debate fecundo sobre a experiência socialista, de forma que se possibilite os avanços que a história exige que sejam dados.

O SOCIALISMO

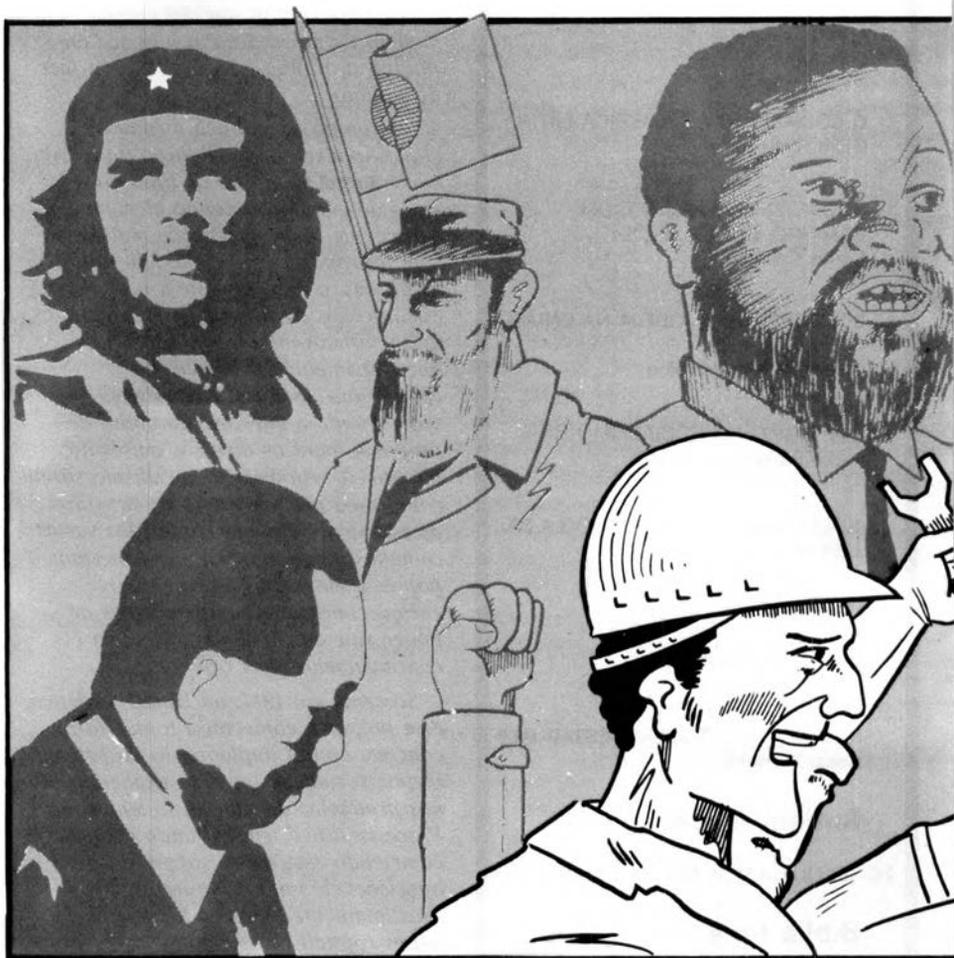
Octavio Ianni

Desde 1917, o socialismo é um fato da história mundial. Desde 1917, dezenas de países fizeram a revolução socialista e iniciaram a construção de uma sociedade organizada com base na propriedade coletiva, propriamente social, dos bens de produção e do produto do processo produtivo. Milhões de habitantes de países da Europa, Ásia, África e América Latina inauguraram outra época na história da humanidade.

Em 1917, a vitória da Revolução Bolchevique na Rússia garantiu a criação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Depois, desde 1945, com o término da Segunda Guerra Mundial e a vitória das nações aliadas contra os regimes nazifascistas da Alemanha, Itália e Japão, criaram-se regimes socialistas na Albânia, Hungria, Iugoslávia, Polônia, Romênia e Tchecoslováquia. Em 1949, a revolução socialista venceu na China. Em 1959, venceu em Cuba. Depois no Vietnã, Angola, Moçambique, Etiópia e outros países. Em 1979, os sandinistas tomaram o poder na Nicarágua. Em 1987, está em marcha a revolução socialista na América Central, principalmente em El Salvador. E continuam as lutas populares em outros países, em outros continentes.

Ao longo do século 20 tem havido revoluções populares derrotadas pelas forças do capitalismo. Na América Latina, foi o que aconteceu em El Salvador (1932), Bolívia (1952/64), Guatemala (1944/54), República Dominicana (1965), Chile (1970/73) e Granada (1979/82). Nesses e em outros casos, na América Latina e em outros continentes, as forças burguesas conseguiram derrotar forças populares. Isto é, os problemas da emancipação do povo continuam a desafiar os movimentos sociais e os partidos políticos comprometidos com os trabalhadores da cidade e do campo.

Mas o que sobressai, na história do século 20, mais do que qualquer outro fato da história social, é a formação de nações socialistas. A despeito das dificuldades internas e externas enfrentadas por essas nações, todos são obrigados a reconhecer que



o socialismo é fato irreversível da história mundial.

O socialismo é principalmente uma revolução social. Rompe com a forma capitalista de organizar a economia e a sociedade, o poder e a cultura. No socialismo as atividades produtivas organizam-se primeiramente de acordo com as necessidades do trabalhador, daquele que produz a riqueza social. A produção e a distribuição do produto organizam-se em conformidade com as necessidades de alimentação, habitação, transporte, educação e cultura do povo. Para que possa ser uma verdadeira democracia política, o socialismo começa por ser uma verdadeira democracia social.

Para isso, no entanto, torna-se necessário superar instituições, hábitos, valores, ideais do individualismo e materialismo burgueses. Os princípios da propriedade privada capitalista, do lucro, do predomínio do economicamente mais forte, do monopólio da violência por parte do Estado para garantir os privilégios de poucos, tudo isso são hábitos e ideais que precisam ser superados. Os séculos de história burguesa não se pagam de um momento para o outro.

Mas cabe lembrar que mesmo durante a história do predomínio da sociedade burguesa, são muitas as conquistas populares, ainda que parciais. Durante a vigência das sociedades burguesas, as lutas populares

NO MUNDO



sintetizaram algumas das suas reivindicações mais notáveis, de valor universal, em dois famosos lemas: "liberdade, igualdade, fraternidade" e "governo do povo, para o povo, pelo povo".

É claro que a nova organização da sociedade nacional, compreendendo a economia, a política e a cultura, exige a formação de um Estado socialista. Trata-se de reunir recursos materiais e humanos, planejar objetivos e meios, incentivar atividades inexistentes ou pouco desenvolvidas, organizar a defesa da nova nação, em face das pressões, hostilidades, sabotagens e guerras provocadas pelos países imperialistas. As necessidades da luta pela forma-

ção e consolidação do Estado socialista desviam recursos, prejudicam a realização mais pronta de conquistas sociais. Mesmo assim, toda nação socialista realiza progressivamente a democracia social; e caminha necessariamente para a democracia política.

A transição para o socialismo é complexa, difícil. Trata-se de vencer as limitações da sociedade burguesa, aproveitar criticamente as suas conquistas mais positivas, ao mesmo tempo que se cria a nova sociedade. E vencer as hostilidades dos países imperialistas, que resistem à perda de áreas de influência, resistem à gênese de outra forma de organização social da vida nacional.

A história dos países socialistas mostra que o socialismo é sempre o resultado de uma revolução social. Ela pode ser mais ou menos drástica, violenta. Pode ser abrupta ou demorada. Mas é sempre uma revolução social a ruptura que cria as condições para a formação do socialismo. Trata-se de uma revolução social porque transformam-se totalmente as forças que passam a organizar o Estado e a sociedade. Substituem-se as classes burguesas e os seus aliados internos e externos pelos operários, camponeses, empregados e outras categorias sociais que formam a maioria do povo.

Em vários casos, como na China, Vietnã, Angola, Moçambique, Cuba e Nicarágua, a revolução socialista é uma revolução social e, também, nacional. Social, porque arranca de baixo para cima, elevando o trabalhador da cidade e do campo ao poder. E nacional, porque emancipa o país da tutela imperialista. Recria a nação, segundo as forças sociais populares, da cidade e do campo.

É assim que a nação se forma de acordo com as inclinações mais profundas dos trabalhadores da cidade e do campo, da indústria e da agricultura. A economia, a sociedade, a cultura e o poder organizam-se conforme as necessidades e os objetivos de operários, camponeses, empregados, funcionários, estudantes, intelectuais e outros, compreendendo sempre os diversos grupos étnicos, culturais, regionais, religiosos e outros. Em todos os casos, a revolução socialista concretiza uma ampla participação de classes e grupos sociais na sociedade nacional, na construção do Estado nacional. Nesse momento é que a nação adquire a fisionomia do povo. Nesse momento, começa a história novamente. Começa a ser realidade o governo do povo, para o povo e pelo povo, quando florescem a liberdade, a igualdade e a fraternidade.

Octavio Ianni, sociólogo, é professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC/SP. Autor, entre outros trabalhos, de *Classe e Nação e Revolução e Cultura*.

Os setenta anos da Revolução Russa

Marco Aurélio Garcia

As comemorações neste ano do 70º aniversário da Revolução Russa se darão sob o impacto da *glasnost* e da *perestroika*. Estas duas palavras, com as quais convivemos diariamente na imprensa mundial, designam respectivamente a dimensão política (*glasnot* = transparência) e econômica (*peristroika* = reconstrução) do processo de transformação em curso na URSS depois da chegada à secretaria-geral do Partido Comunista de Mikhail Gorbachev. O considerável desconhecimento que cerca a sociedade e o Estado soviéticos no Ocidente tem alimentado toda a sorte de especulações sobre o destino das reformas impulsionadas pela atual direção do PCUS não faltando os que vêm em certas medidas — especialmente de natureza econômica — uma “capitulação” frente ao capitalismo e, implicitamente, uma confissão de “fracasso” da revolução sete décadas após sua vitória.

Não é necessário insistir sobre a significação histórica da instauração do poder soviético em 1917. A revolução, desenca-

deada em fevereiro daquele ano através de levantes populares que abatem o czarismo, surpreende às próprias direções dos partidos e movimentos que, na clandestinidade ou no exílio, vinham há anos articulando a oposição ao regime. É conhecido o episódio em que Lênin, ao despedir-se dos operários da Suíça, onde se encontrava refugiado, em fevereiro de 1917, afirma que a vitória da revolução seria para seus netos. Meses depois ele estaria à testa do primeiro governo revolucionário russo.

Passada a surpresa, no entanto, os revolucionários se veriam a braços com gigantescas dificuldades. A despeito das preocupações anteriores da elite revolucionária, especialmente dos bolchevistas, eram enormes os problemas resultantes do caráter plurinacional do império russo. Sabe-se que, apesar da disposição de respeitar a autonomia das distintas nacionalidades, a solução adotada em vários casos concretos — como o da Georgia — foi antes no sentido da “russificação”. Até hoje o contencioso nacional é um dos elementos de tensão no interior da URSS.

Os problemas maiores se situavam, no entanto, no plano econômico. A Rússia era um país basicamente agrário. Apesar do acelerado processo de industrialização em alguns centros urbanos, o país não havia passado por uma revolução industrial como a maioria das nações da Europa Ocidental. O processo de modernização de sua agricultura, mesmo tendo se acelerado no final do século 19, era muito lento. A servidão havia persistido até quase os anos 70. A tudo isso se somavam os efeitos devastadores que a guerra havia produzido, desarticulando o sistema produtivo, destruindo as ferrovias, habitações etc. Como se não bastasse tudo isto, o novo governo sofreria não só um forte bloqueio internacional, como tentativas de destabilização através da intervenção militar de mais de uma dezena de países, ou do apoio aos grupos contra-revolucionários que operavam no seu interior.

O sistema político russo vigente durante o czarismo não havia permitido o desenvolvimento de práticas democráticas encontráveis no Ocidente. Não existia um parlamento, ou quando esteve aberto, foi extremamente limitado. A censura impedia o livre funcionamento de jornais e a expressão dos intelectuais, quase sempre confinados à clandestinidade ou ao exílio. Inexistiam partidos políticos legais. Os sindicatos estavam proscritos. Sobre a sociedade pairava a toda poderosa polícia política, a *Okrana*. As correntes liberais eram incapazes de impulsionar mesmo a luta por pequenas reformas políticas. As experiências dos governos provisórios — entre fevereiro e outubro de 1917 — são reveladoras da incapacidade destes setores de atender os mínimos reclamos da população em termos de demandas sociais ou políticas, como era, por exemplo, a questão da paz.

O simples esboço deste quadro de dificuldades econômicas e políticas é suficientemente indicativo para mostrar os obstáculos que iriam se colocar no caminho da construção de uma sociedade socialista a partir de 1917. Se eles não devem servir de justificativa para os descaminhos ulterio-



1917: Lênin proclama o poder soviético (pintura de V. Serov).

res da Revolução Russa, tanto no plano econômico, social, como político, eles não podem ser, no entanto, ocultados na explicação da evolução histórica destes setenta anos.

A sorte da revolução parece ter-se jogado nos anos 20 e início da década seguinte. Em primeiro lugar, com o fracasso da revolução na Alemanha ou em outro ponto do Ocidente, o que agravou o isolamento do país dos *soviets*. Em seguida, com o processo autofágico de luta interna no Partido Comunista após a morte de Lênin, permitindo a consolidação do poder absoluto de Stálin que levaria o país a uma ditadura, e, mais tarde, aos sangrentos massacres de 1936-38. Mas a própria influência desmesurada que os conflitos internos ao partido teve no desdobramento do curso da revolução já reflete mudanças importantes no sistema político vigente em 1917. No início dos anos 20 os *soviets* praticamente não mais existiam, a pluralidade de partidos foi abolida, à qual se seguiria a proibição do direito de tendências dentro do próprio partido bolchevista. A repressão se desencadeava não somente contra os contra-revolucionários, mas atingia igualmente setores situados no campo da revolução que tinham opiniões distintas sobre ela, como se evidenciou na revolta do Kronstad.

A rarefação do quadro político, a ausência de debate, a repressão às vozes contrárias às orientações oficiais, fizeram com que graves decisões fossem adotadas no plano econômico, sem que a sociedade fosse consultada. A política de coletivização forçada da terra e os planos quinquenais para viabilizar os grandes projetos industriais de Stálin, tiveram um custo social gigantesco. Milhões de mortos, deportados, períodos de penúria comparáveis aos da revolução industrial inglesa e, como consequência, a construção de um aparelho repressivo para manter a "paz interna". As vicissitudes que a URSS enfrentou com a Segunda Guerra Mundial só forneceram alibis para o reforçamento das medidas centralizadoras de controle burocrático da economia e da sociedade.

A tentativa de abertura posterior à morte de Stálin, que tem no 20º Congresso do PCUS (em fevereiro de 1956) uma data emblemática, não produziu os resultados esperados. Houve por certo uma considerável liberalização da sociedade soviética, considerando-se o período stalinista, mas com a queda de Krushev, em 1964, iniciou-se uma nova etapa marcada pelo enrijecimento do regime, aos quais se somaram sinais de declínio econômico relativo. A economia soviética parecia cindida em dois setores estanques: um moderno, vinculado à indústria bélica, necessá-



Gorbachev: impulsionando a transformação político-econômica da URSS.

rio para manter o status de grande potência militar da URSS; e outro, arcaico, sofrendo em alguns casos de um atraso tecnológico de décadas, emperrado pela incompetência e corrupção dos gerentes e pela desídia e desinteresse dos trabalhadores.

Mesmo tendo em conta as importantes transformações sociais operadas após 1917, as opções econômicas não haviam permitido o desenvolvimento de uma indústria de bens de consumo que satisfizesse as demandas do cidadão soviético. O fracasso da agricultura se tornou crônico. A desigualdade social reaparecia com a constituição de uma casta burocrática — *nomenklatura* — com nítidos privilégios em relação ao resto da sociedade. Tudo isso levou a sociedade soviética a um profundo mal-estar que se refletia na apatia de muitos e no protesto dissidente de poucos, este reprimido duramente.

É neste quadro que se dá o projeto de mudanças de Gorbachev. Na sua origem, e no que aparece até agora em seu discurso, o novo secretário-geral tem enfrentado mais as consequências do que as causas destes fenômenos. Mas a simples quebra do imobilismo colocou Gorbachev diante de resistências tão poderosas situadas no partido e no Estado. Frente a elas a disjuntiva era clara: avançar nas reformas, ou capitular e voltar ao conformismo da era Brejnev.

Diferentemente da Polônia ou da Hungria em 1956, as transformações em curso

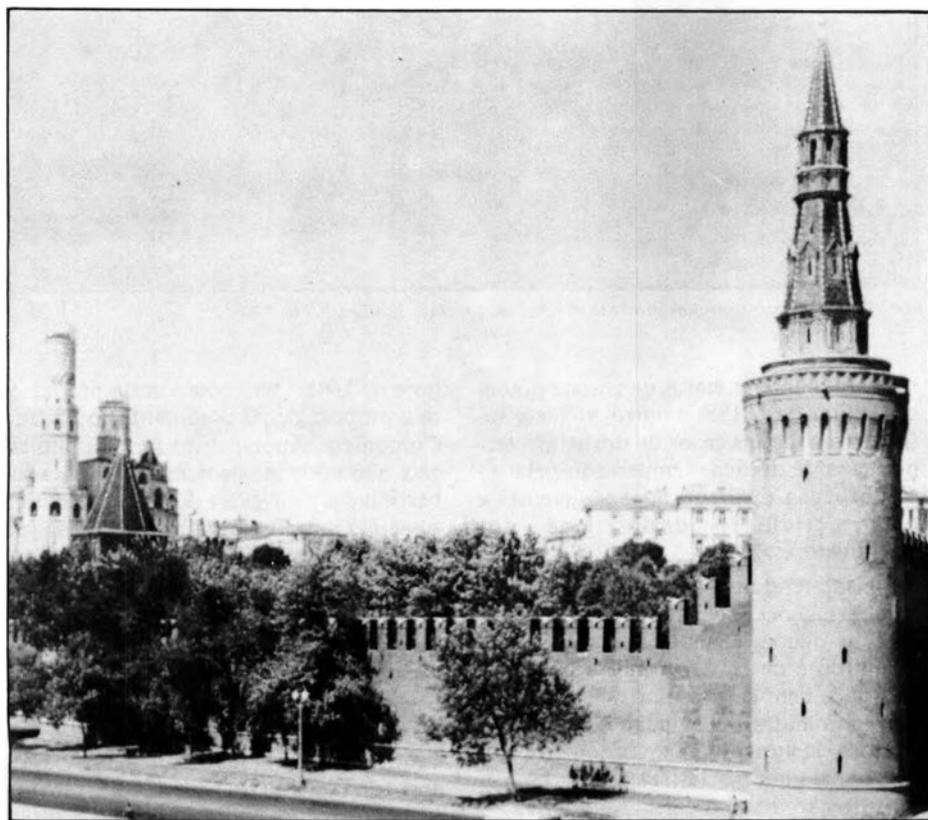
hoje na URSS têm como mola propulsora o próprio grupo dominante no Partido Comunista. Apesar disto ser uma limitação, não pode ser de maneira alguma subestimado. Na rigidez do sistema político soviético uma fissura que apareça na sua direção e se estenda a outros escalões, como parece estar ocorrendo, não tardará em ter repercussões sobre a sociedade, ativando aquelas forças que estavam adormecidas, mas, seguramente, não mortas.

No momento em que começar a ocorrer uma intervenção mais segura da sociedade, estarão criadas as premissas para o aprofundamento do processo de transformações em curso hoje na URSS. É difícil estimar seu alcance, mas não é absurdo dizer que, dependendo de sua intensidade, ele poderá ter uma influência decisiva para a imagem da revolução, bastante empalidecida hoje, apesar do brilho que se dará à festividade dos setenta anos. No centro do debate está a questão-chave de saber se a URSS será capaz de repensar o socialismo, quebrar o sistema de tutela do Partido sobre o Estado, e deste sobre a sociedade, e fazer reviver a utopia libertária que levou os trabalhadores de Petrogrado a protagonizar a grande revolução do nosso século.

Marco Aurélio Garcia é professor de História e diretor do Arquivo Edgar Levenroth da Universidade de Campinas (Unicamp).

Socialismo: os primeiros 70 anos

Emir Sader



Kremlin, Moscou: a sede do governo da URSS.

O século 20 seria o século do socialismo. Não por qualquer visão linear da história, que faz suceder mecanicamente uns modos de produção a outros, mas porque a Comuna de Paris e a revolução de 1905 na Rússia, assim como a consolidação de partidos social-democratas de massa como o alemão, pareciam efetivamente materializar que a passagem do capitalismo ao imperialismo seria sua fase última de decomposição como sistema social. E o século 20 seria seu cenário histórico.

A história percorreu caminhos muito mais sinuosos desde então. A crise propiciada pela Primeira Guerra Mundial desembocou na primeira revolução proletária vitoriosa da história, elevando essa

classe ao poder de Estado e abrindo a perspectiva de que seu campo se estendesse para a Europa. Uma confluência de fatores bloqueou essa possibilidade, fazendo com que, paradoxalmente, a maior crise enfrentada pelo capitalismo em escala internacional — a de 1929 —, impulsionasse soluções contra-revolucionárias — na Itália, na Alemanha, na Espanha, em Portugal — ao invés de contribuir para a ruptura do isolamento da URSS.

As quase três décadas necessárias para que outros países se incorporassem ao campo socialista não passaram em vão dentro da própria URSS, isolada e cercada. Mesmo não nos detendo aqui na análise da evolução do processo de construção socialista iniciado sob a direção de Lê-

nin, substituído posteriormente por Stálin, é indispensável notar que o prestígio soviético sobreviveu aos processo de Moscou, pela resistência combativa contra a invasão nazista e não pelo tipo de sociedade que começava a ser construído, de forma rigorosamente compulsiva, na União Soviética. Isso não a transformava em uma referência atraente para os trabalhadores dos outros países da Europa, nem para forças democráticas que buscavam um caminho alternativo para a crise social e política de seus países.

O regime de partido único, dispensável na teoria leninista da ditadura do proletariado, implantado sob forma provisória por Lênin, durante a guerra civil, foi transformado em ingrediente essencial do regime e de um modelo que a Internacional Comunista e depois o Komintern propagandearam para os outros partidos comunistas. Por outro lado, os *soviets*, de elemento essencial a uma concepção do Estado que o submetia ao novo bloco de classes hegemônicas, seguindo as orientações da Comuna de Paris, recolhidas por Marx em *A guerra civil na França* e por Lênin em *O Estado e a Revolução*, foram esvaziados, em favor de uma autonomização de um poder estatal imune ao controle dos trabalhadores e de seus órgãos sociais e políticos.

No seu conjunto, a democracia política foi profundamente afetada em favor de um crescimento econômico acelerado, imposto convulsivamente em nome da proeminência do desenvolvimento das forças produtivas sobre as relações sociais, políticas e ideológicas. Contrariando o próprio Lênin, que havia definido o socialismo, resumidamente, como a *eletrificação* — o impulso mais importante, nas forças produtivas, num país atrasado como a Rússia — mais os *soviets* — como expressão da construção da aliança operário-camponesa em sua qualidade de novo sujeito social e político na direção dos destinos do país. Um processo que para Lênin era *simultâneo* e não *sucessivo*.

O prestígio do socialismo foi sendo limitado aos países da periferia capitalista, porque os países metropolitanos foram elevando gradualmente o nível de vida dos seus trabalhadores, inclusive às custas da exportação de parte de suas contradições para suas colônias e ex-colônias. E também porque o estabelecimento, finalmente, de democracias parlamentares, foi gerando um espaço democrático, conquistado pelos trabalhadores, que lhes propiciou, como regra geral, maior capacidade de expressão, de organização e de participação na vida política dos países europeus. Contrastando com a consolidação de um Estado soviético impermeável à luta social, política e ideológica que inevitavelmente ocorria no país, apesar da abolição, por decreto, das contradições de classe, pela Constituição de 1936.

As penúrias provocadas e intensificadas pelo capitalismo na sua periferia possibilitaram que soluções que atendam às necessidades elementares da grande maioria da população — através de uma economia centralmente planejada que, além disso, significa a ruptura com a dominação e a exploração do capital imperialista internacional — propiciassem a manutenção do prestígio do socialismo na Ásia, na África e na América Latina. As revoluções na China, na Coreia, no Vietnã, em Cuba, em Moçambique, em Angola, no Laos, no Camboja, na Nicarágua, são demonstrações disso, ao lado do fortalecimento de oposições anticapitalistas em países como El Salvador, Guatemala, África do Sul, Namíbia, Chile.

A morte de Stálin, o 20º e 22º Congressos do PCUS representaram um breve período que acenava com a democratização política da URSS, que já havia comemorado quarenta anos de sua fundação como primeiro Estado socialista, com conquistas sociais e industriais consolidadas, numa primeira etapa, mas sem apresentar ao mundo um modelo de democracia socialista similar ao prometido pela Comuna de Paris, por Marx e por Lênin. O próprio Kruschchev continuava apostando no desenvolvimento econômico mais rápido do socialismo em relação ao capitalismo, como expressão da superioridade de um sistema sobre o outro, arriscando até uma data — já vencida — em que isso se daria.

Sua queda deixou esperanças truncadas e abriu um novo e longo período de congelamento das relações sociais e políticas internas, sob Brejnev, contrastante com o impulso novo recebido pelo pensamento marxista nos anos 60, no Ocidente, e com as novas vitórias revolucionárias, na Indochina, na Argélia, nas antigas colônias portuguesas na África, na Etiópia, na Nicarágua. Foram duas décadas que reimpu-

ção, pela falta de iniciativas da URSS no plano internacional, situação consolidada com a ascensão triunfante do reaganismo e do thatcherismo.

Tudo isso, apesar do ingresso do capitalismo internacional em um novo ciclo longo de caráter recessivo, a partir de meados dos anos 70, e da crise a que a multiplicação da dívida externa do Terceiro Mundo expôs a este.

Num quadro objetivamente favorável ao desenvolvimento das forças de esquerda, democráticas e anticapitalistas, sucedia o contrário. Na Europa, entre a capitulação dos governos social-democratas diante de Reagan, preferindo aliar-se a este, ao invés de com o Terceiro Mundo, e o enfraquecimento dos partidos comunistas, na

Escultura de V. Mujina



França, na Espanha, em Portugal e mesmo na Itália, a esquerda naufraga. A África está mais pobre do que nunca: com Moçambique à míngua; Angola sobrevivendo politicamente graças às suas riquezas naturais, sem representar uma alternativa para os países em crise; a Etiópia, como Moçambique, lutando pela sobrevivência física.

O Vietnã e seus vizinhos estão ainda mais isolados do que há vinte anos atrás, quando "Che", na sua mensagem à Tricontinental, gritava desesperadamente pela necessidade de solidariedade e de viver o mesmo destino dos aliados, correr sua própria sorte. Funcionou perfeitamente a política norte-americana, com ajuda da China, de combinar a terra arrasada com o isolamento internacional, tacitamente

acompanhado pelos países socialistas, que apenas "perdoaram" as dívidas de guerra do Vietnã, mas não se lançaram maciçamente no apoio à reconstrução de um país bombardeado durante meio século pelos colonialistas e imperialistas franceses e norte-americanos.

Cuba resistiu heroicamente ao cerco internacional. Ressurgiu aos olhos do continente como modelo de como é possível superar a miséria sem necessariamente sair do subdesenvolvimento. Submetido à lógica da guerra, seu sistema político interno terminou reproduzindo um regime de partido único, demasiadamente estreito para o rico desenvolvimento social e cultural do país. Um dos resultados é uma imprensa pobre, incapaz de suscitar os grandes debates que o país precisa para passar da primeira fase de conquistas socialistas a uma outra que, prolongando a primeira, encare uma estratégia tecnológica e industrial que possibilite ao país combinar a democracia social com o progresso material e o desenvolvimento teórico no plano das ciências humanas, indispensável para pensar o futuro no complexo quadro internacional de fim de século. Uma revolução consolidada dá garantias plenas das possibilidades de um novo e amplo movimento de democratização política, que ataque os grandes problemas com que o socialismo se depara, setenta anos depois do assalto ao Palácio de Inverno, e cabe a Cuba, nesse processo, um papel fundamental.

A Nicarágua está submetida a um processo de guerra e de sobrevivência, devendo destinar grande parte de seus recursos materiais e humanos à guerra de desgaste que os Estados Unidos lhe impõem. Mas suas inquietações teóricas e ideológicas têm sido um incentivo para o debate sobre os destinos e as vias do socialismo, com uma geração extremamente fértil de quadros, na busca de alternativas para os impasses de que a Frente Sandinista tem plena consciência. No entanto, ao não se ver luz no final do túnel para o cerco imperialista, fica postergado o projeto de construção concreta de alternativas que transformem definitivamente o país em uma contribuição para as dificuldades que o conjunto da região apresenta, situação que precisamente os EUA buscam impedir, mas que não pode se prolongar eternamente.

Quando a URSS, maior nação socialista do mundo, parecia alheia aos problemas polêmicos da construção do socialismo no final do século, fechada na dinâmica político-militar e geopolítica internacional, a ascensão de Gorbachev reabre, surpreendentemente, a questão dos destinos da pátria de Lênin, já dados por estabelecidos por grande parte de seus críticos e muitos de seus simpatizantes. O balanço do sécu-



Kruschev preside a abertura do 20º Congresso do PCUS.

lo parecia apresentar um panorama em que a hegemonia norte-americana se consolidava com a *pax* reaganiana reinando e com o Japão se projetando como a grande potência do século 21. A “aventura” e os sonhos do socialismo pareciam ou fracassados ou adiados para tempos futuros.

Uma parte não desprezível da intelectualidade e dos políticos suspirou aliviada. Se o socialismo — e com ele, o marxismo — estava morto, tudo era possível. Foi reaberta a temporada de adesão às mais diferentes formas de liberalismo, distanciando-se cada vez mais de compromissos concretos com os destinos das grandes massas da população. Merquior, Paulo Francis, Fernando Henrique, são apenas algumas expressões desse tipo de personagem que Francisco de Oliveira chamou tão bem de *aves de arribação*, cooptados pelo poder, suas benesses e seus pontos de vista sobre os de baixo. Entre o realismo, o ceticismo e um certo tom *blasé*, fica justificado tudo.

Mas, de repente, se instaura o pânico em amplos setores do Ocidente com a *glasnost*. Produto de sua evolução interior, dos rumos do capitalismo nas metrópoles e das campanhas ideológicas da “guerra fria”, a URSS havia sido reduzida a uma referência com pouco apelo para a opinião pública e, inclusive, os trabalhadores do mundo ocidental. Desse ponto de vista, era carta fora do baralho para os planos ideológicos do Pentágono e seus aliados.

Do sucesso de Gorbachev depende muito o balanço com que se possa fechar o século, do ponto de vista do socialismo — e, portanto, do capitalismo. Sua opção de modernização e democratização da URSS implica enfrentar nós estruturais da sociedade soviética: impor critérios de produtividade coloca o problema do desemprego, da inflação, do mercado negro. Todos parecem dispostos a melhorar sua situação como consumidores, mas não necessariamente a contribuir mais na sua qualidade de produtores, que é apenas a outra face da mesma moeda.

Em outras palavras, tratar-se-ia de romper um contrato social implícito que vigorou por décadas, segundo o qual as conquistas sócio-econômicas e culturais básicas eram garantidas para o conjunto da população, inclusive o pleno emprego, em troca de uma espécie de abdicção da vida política, cuja representação ficava delegada aos aparelhos do Estado e do Partido. Isto, numa versão simplificada, mas não menos real. Os resultados desse contrato foram os de uma longa e ampla estabilidade social, em troca de uma baixa produtividade e de quase nenhuma criatividade na reflexão teórica e na criação artística.

A modernização busca redefinir o lugar de cada um no aparelho produtivo conforme sua produtividade — segundo as próprias regras do socialismo: “a cada um de acordo com seu trabalho” — até que a abundância permita remunerar a todos conforme suas necessidades. Gorbachev conta com enorme simpatia e apoio, mas também com resistências, seja do velho aparelho de Estado e do Partido, que perderão algumas de suas prerrogativas, como também de setores conservadores, nacionalistas, que ascenderam no período Brejnev. A eles se contrapõem os jovens, que vivem uma espécie de anos 60 do Ocidente, da música à literatura e ao cinema, e também a geração *kruschevista*, calada e segregada por dois decênios.

Desde hoje a possibilidade de expressão é muito maior, as conquistas do período Gorbachev já são superiores a tudo o que se tenha feito em matéria de liberalização em períodos anteriores. Mas resta saber como a sociedade soviética combinará as crises sociais de readequação aos novos esquemas produtivos e redistributivos. Se a fome de democracia ou de consumo prevalecerá.

A circulação livre dos livros de Nabokov (*Lolita*), de Pasternak (*Doutor Jivago*) tem uma importância relativa. São representativos da suspensão da censura que

os afetava. Mas outros livros, como aquele que é considerado o *Guerra e Paz* deste século, *Vida e Destino*, de Vassili Grossman, um mosaico extraordinário da sociedade e da história soviética no século 20, contribuem essencialmente para que o povo soviético se reaproprie de sua própria história e sua identidade. Como o desejo Gorbachev nenhum momento ou personagem da história do país deve ficar imune ao questionamento, nada nem ninguém deve ser esquecido ou banido.

Estamos ainda longe dos ideais libertários da Comuna de Paris, daqueles pregados por Marx e Lênin nos textos citados. Mas, desde já é possível desmentir o Partido Comunista Italiano, que já havia decretado, há anos atrás, que “o impulso histórico progressista da URSS se havia esgotado”, assim como aqueles para os quais “o socialismo já era”.

Aquele próprio argumento da “guerra fria” estilo reaganiano, difundido por Jeanne Kirkpatrick e repetido até por Michel Foucault e Cornelius Castoriadis, segundo o qual as ditaduras de direita eram menos piores que as de esquerda, porque das primeiras era possível sair, fica desmentido. Da mesma forma que a divisão imposta há décadas entre forças populares e liberais, umas defendendo os interesses materiais das maiorias, as segundas preservando os direitos políticos, pode ser recolocada, se o socialismo reencontra o caminho da democracia.

Os primeiros setenta anos do socialismo não podem ser poupados em seus erros pelo argumento do tempo relativamente pequeno, em escala histórica, que ele teve até aqui. Este argumento pode valer para o desenvolvimento material de países como China, Cuba, Vietnã. Mas os principais problemas do socialismo, desde 1971, situam-se no plano das concepções da retomada de uma visão política, ideológica, cultural, libertária, que deve comandar todo o processo de construção de uma sociedade sem exploração e sem opressão.

Esse caminho foi inegavelmente desviado, especialmente com a hegemonia do stalinismo, que reprimiu e castrou a fertilidade teórica e a capacidade de transformação prática da realidade contida no pensamento marxista. Sem avaliar os danos causados por ele será mais difícil recuperar o passo e avançar para que o fim do século encontre o socialismo como resumo das esperanças de um mundo solidário e humanizado.

Emir Sader é professor de Política na Universidade de São Paulo (USP). Autor de *A Revolução Cubana* (Ed. Moderna) e *Democracia e Ditadura no Chile* (Brasiliense).



O socialismo na América Latina

Paulo R. Schilling

As experiências socialistas em nossa América são muito limitadas: a paraguaia, nos séculos passados, duas vezes liquidada; a cubana, que em pleno desenvolvimento, aproxima-se dos trinta anos; e a todavia incipiente (porque brutalmente atacada pelo imperialismo) construção de uma sociedade nova na Nicarágua.

Sim, não se pode falar de socialismo na América Latina ignorando a experiência que, partindo da tradição comunitária dos guaranis, passou pelo rico ensaio social das missões jesuíticas e desembocou no

Paraguai comunitário de Francia e dos dois López. Como disse Mariátegui, o grande marxista peruano, os jesuítas "souberam aproveitar a tendência natural dos indígenas ao comunismo". Uma experiência que foi, no dizer de Lugon, "demasiado comunista para os cristãos burgueses".

Liquidada a ferro e fogo pelos bandeirantes, a experiência ressuscitou posteriormente, com a independência do Paraguai, pelas mãos de Francia, "O Supremo". A terra, que tinha sido toda privatizada pelos brasileiros, voltou a ser nacionalizada, formando as grandes "Estâncias da Pá-

tria": era cedida, em usufruto, gratuitamente, aos camponeses, para seu cultivo. A produção industrial foi estatizada desde o início: a siderurgia, a metalurgia, os estaleiros e tudo o mais era monopólio do Estado; Alberdi comparava as fábricas paraguayas aos "talleres nacionales de la revolución francesa del 48".

O comércio também ficou sob o controle do Estado: "Este fomenta a distribuição da riqueza, regula sua colocação, luta com ela e inpede o enriquecimento excessivo dos particulares" (Julio César Chaves). A educação se difundiu e se genera-



lizou. O exército manteve sua característica democrática inicial de milícia popular. A renda nacional multiplicou-se por quatro entre 1814 e 1840 e seguiu crescendo aceleradamente nos governos de Carlos Antônio e Francisco Solano López. E tudo isso em forma soberana, sem nenhum capital forâneo, sem latifúndios e sem escravos.

Atuando como gendarmes do império britânico, as oligarquias brasileira e argentina liquidaram com a revolucionária experiência, com o “mau exemplo”, que podia proliferar. E isso com uma brutalidade sem limites, num dos genocídios mais monstruosos da história da humanidade.

A revolução “impossível”

Considerando as condições objetivas e subjetivas necessárias à revolução e também a situação da “Ilha” do ponto de vista geopolítico, podia-se afirmar, em 1958, com toda uma argumentação aparentemente dialética, científica, que uma revolução na terra de Martí era absolutamente impossível. Considerando, ainda, que a independência cubana somente havia sido alcançada no começo deste século (quase um século depois das de outros países do subcontinente) e que a mesma foi tremendamente limitada e condicionada pela “Emenda Pratt”, poder-se-ia inclusive concluir (então) que a Revolução Cubana seria uma das últimas a eclodir.

Na realidade, em fins de 1958, Cuba continuava a ser uma colônia dos Estados Unidos, com um grau de dominação eco-

nômica e cultural possivelmente superior a de todos os demais países da América Latina — Caribe. Os latifúndios e as centrais açucareiras controlados pelos norte-americanos ocupavam 87.213 “caballerias” (1.173.015 hectares), 47,2% da área ocupada por esse setor fundamental da economia. As melhores “plantations” de tabaco também estavam sob o controle dos ianques. As minas pertenciam à Bethlehem Steel Corp. e à Freedport Sulphur. Os Estados Unidos controlavam 39% das linhas férreas, os serviços de gás, eletricidade e telefones. Os cais eram controlados pela Habana Dock Corp. e pela United Fruit. O sistema financeiro, pelo Citibank e pelo Chase. A maior parte das exportações (72%) e das importações (71%) se destinava ou originava nos Estados Unidos (dados do período 1902/1958).

Cuba era a “praia”, o “cassino” e o “cabaret” preferido pelos “rubios del norte”. Praias muitas vezes privativas para os estrangeiros e cassinos controlados pela Máfia. E como consequência inevitável dessa praga moderna que é o turismo, porções consideráveis da população estavam prostituídas, direta ou indiretamente.

Além disso, partindo da experiência histórica de que as duas grandes revoluções socialistas haviam sobrevivido em grande parte devido ao fato de haverem ocorrido em países continentais (Rússia e China), situados longe dos grandes centros imperialistas — menos vulneráveis, portanto, a intervenções contra-revolucionárias — cientistas políticos e geopolíticos tendiam a considerar impossível uma revolução ali,

a noventa milhas da sede do maior império da história. Apesar de todas essas condições negativas, Cuba tornou-se o primeiro *Território Livre da América*.

Um socialismo com profundo conteúdo humanista

Aparentemente uma redundância: socialismo humanista. Entretanto, em consequência de algumas graves deformações que marcaram algumas revoluções socialistas — como o stalinismo na URSS, a revolução cultural da sra. Mao, na China, e a experiência albanesa — torna-se necessária a ressalva.

É verdade que a Revolução Cubana não foi pensada inicialmente como uma revolução socialista. Como disse Fidel Castro:

“Indiscutivelmente não era correto dizer desde nenhum ponto de vista que o 26 de Julho tinha um programa socialista; porque não era o programa que correspondia a esse momento histórico, mas sim um programa de libertação nacional, um programa que era a antecâmara, que criava as condições para o socialismo (...) Começamos a construir o socialismo sendo praticamente um povo analfabeto; começamos a construir o socialismo quando apenas tínhamos uma consciência revolucionária e uma cultura revolucionária. Tínhamos um sentimento patriótico forte, um grande desejo de mudar, de acabar com todas as injustiças em nosso país, um grande desejo de fazer a revolução, ainda que não sabíamos à ciência certa o que era a revolução.”

No pensamento de Fidel Castro e de "Che" Guevara da época, encontramos uma base de marxismo, porém perfeitamente digerida e adaptada à realidade cubana e "misturada" com o que de melhor havia no pensamento revolucionário latino-americano, especialmente José Martí. Este está presente em todo o processo revolucionário e, posteriormente, na construção do socialismo em Cuba. E Martí, como disse Raul Roa, "desejava para Cuba e para toda América, uma república folgada, livre e cordial, onde a lei primeira fosse o culto da dignidade humana, uma república laica e generosa, com a mesa do pensar ao lado da mesa de ganhar pão, uma república sem servos, sem mendigos, sem esbirros e sem escravos".

Essa componente humanista martiniana no processo de construção do socialismo em Cuba traduzir-se-ia na preocupação constante de seus líderes na formação do *homem novo*. Assim definido pelo "Che": "O homem começa a liberar o seu pensamento do fato enfadonho imposto pela necessidade de satisfazer suas necessidades animais mediante o trabalho. Começa a ver-se retratado em sua obra e a compreender sua magnitude humana através do objeto criado, do trabalho realizado. Isso já não significa deixar uma parte de seu ser em forma de trabalho vendido, que não lhe pertence mais, senão que significa uma emancipação de si mesmo, um aporte à vida comum em que se reflete o cumprimento do dever social".

Essa formação do homem novo avançou muito nos quase trinta anos da Revolução Cubana, especialmente entre a juventude. É óbvio, porém, que ainda resta muito a fazer: não se modificam totalmente hábitos culturais milenares em duas ou três gerações. O acumular riqueza e poder tem sido uma força motora decisiva na história da humanidade e não cessa de repente. A recente denúncia feita por Fidel referente à corrupção de um destacado ex-dirigente da juventude comunista, que chegou ao posto de ministro, é uma prova disso.

O restabelecimento de incentivos materiais, dos lucros, e o retorno parcial à economia de mercado que se verificam em alguns países socialistas mostram que o processo não é tão linear, tão direto, como pensavam os grandes teóricos da transformação. *Socialismo* não é nenhuma palavra mágica, nenhuma varinha de condão que tudo transforma automaticamente. A construção do mesmo é cheia de avanços e retrocessos, de contradições e deformações, que somente podem ser superadas por uma permanente vigilância, mobilização e participação populares.

E essa é outra das características fundamentais da Revolução Cubana. A maciça e intensa participação popular na condução da vida nacional é uma forma de democracia direta, participativa, que pode ser aquilatada em números: o índice de sindicalização alcança a 99,5% da força de trabalho; a FMC (Federação de Mulheres Cubanas), em 1980, já agrupava 83,5% das mulheres entre 14 e 65 anos; a Organização de Pioneiros José Martí naquele mesmo ano já somava 2,2 milhões de membros e os Comitês de Defesa da Revolução (CDRs) congregavam 5,6 milhões de militantes, bem mais do que a metade da população do país.

Essa forma de democracia direta, participativa, real, muito mais efetiva do que a burguesa (geralmente limitada a votar, cada quatro anos, num dos partidos representativos das classes dominantes, os únicos que em razão do poder econômico e do monopólio dos meios de comunicação de massa têm condições de vencer eleições), mantém-se e amplia-se apesar das constantes agressões e provocações protagonizadas pelo imperialismo (e que até explicariam uma ditadura do tipo stalinista como meio de preservar as conquistas da revolução).

As dezenas de milhares de emendas — resultados de outras tantas reuniões maciças — à Constituição, em 1975; o permanente debate, a todos os níveis, de todos os grandes problemas nacionais (e latino-americanos e do Terceiro Mundo) e as enormes manifestações populares sempre que a soberania e as conquistas revolucionárias estão em perigo, constituem provas de que em Cuba o povo é efetivamente protagonista da construção do socialismo.

Atualmente assistimos em Cuba a uma ampliação e a um aprofundamento dessa democracia real. Por um lado, o livro de Fidel e Frei Betto, pregando o diálogo entre marxistas e cristãos e a participação destes nos processos de libertação da América Latina; por outro, o chamado processo de "retificação" (uma ampla abertura no debate ideológico) são marcos muito importantes na evolução para um sistema pluralista, que interessa muitíssimo a todas as forças progressistas da América Latina-Caribe.

Sim, porque depois da Revolução Nicaraguense, parece evidente que o pluralismo, a participação cristã e a componente libertária serão características fundamentais nos futuros processos de libertação e na construção dos futuros modelos de socialismo na América Latina.

Paulo R. Schilling é jornalista e escritor. Integra o Conselho Executivo do Instituto Cajamar e o Desep-CUT/SP.

LANÇAMENTOS DO CEDI



Dossiê Constituinte II (editor: Cesar Caldeira), Cz\$ 150,00

Reúne artigos inéditos, artigos extraídos de revistas especializadas e teses apresentadas em congressos, além das principais propostas dos movimentos populares, das entidades da sociedade civil e dos anteprojetos em debate.



Povos indígenas no Brasil-85/86, Aconteceu Especial 17, Cz\$ 330,00

Resumo dos acontecimentos nas áreas indígenas do país, no âmbito da política indígena a nível local, regional e nacional e da política indigenista oficial durante o ano de 1985 e parte de 1986. Traz também comentários assinados por antropólogos, jornalistas, indigenistas, missionários etc.



História dos metalúrgicos de São Caetano, Cz\$ 100,00

Segunda publicação da série Contribuição ao Debate do programa "Memória e Acompanhamento do Movimento Operário do ABC" do CEDI, que está voltada para as discussões e reflexões do movimento sindical. O texto aborda as lutas operárias e sindicais em São Caetano do Sul, município do Grande ABC paulista.

Faça seu pedido através de cheque nominal para o CEDI
Av. Higienópolis, 983
CEP 01238 — São Paulo — SP

Socialismo africano: um caminho muito difícil

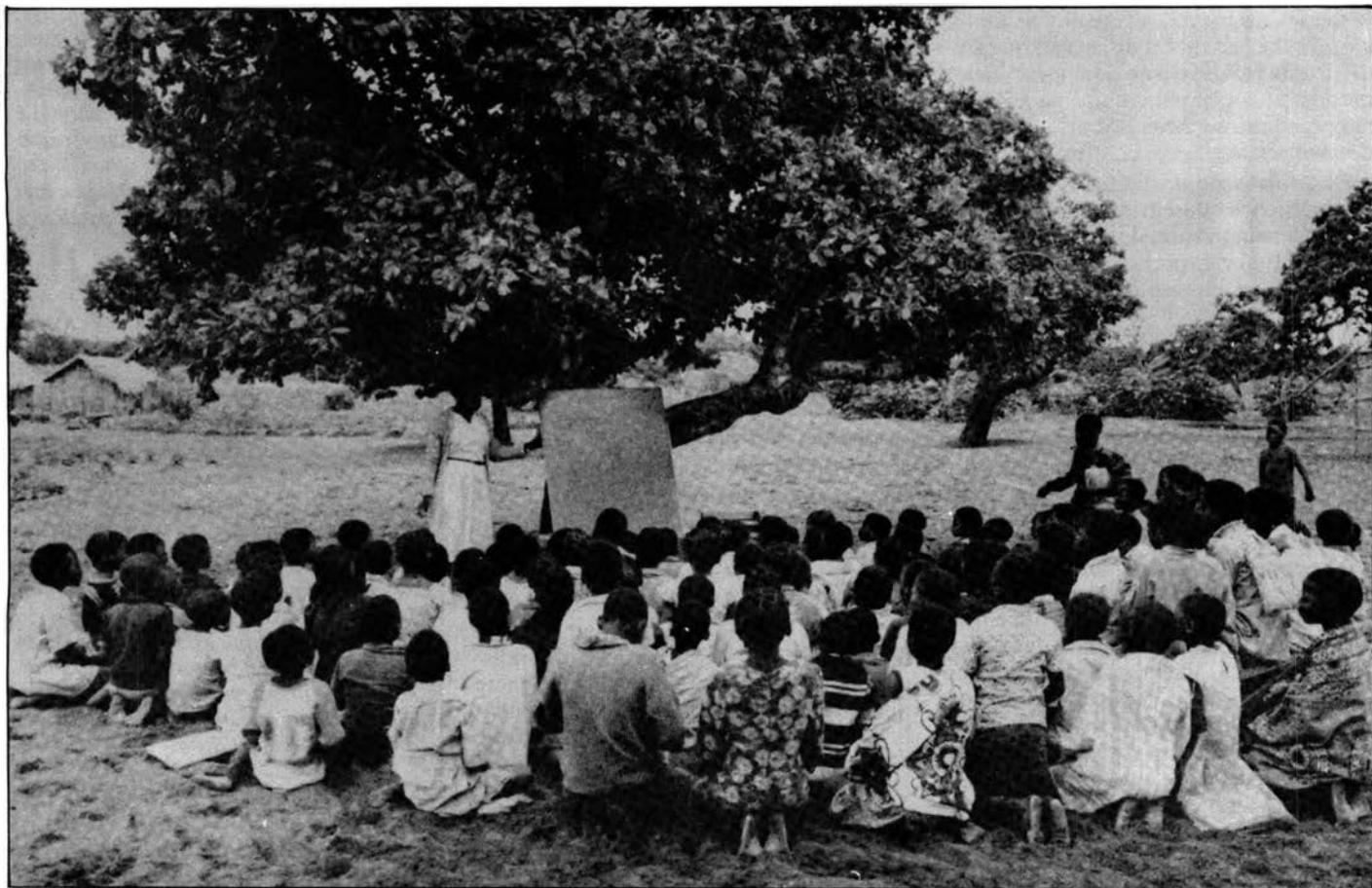
Carlos Castilho

Na década de 60, quando a maioria das nações africanas conquistou a independência política, a opção pelo nacionalismo e pelo socialismo foi a solução que muitos governantes escolheram para tentar neutralizar os efeitos da pesada herança colonial. Hoje, passados mais de 25 anos, tanto o nacionalismo como principalmente o socialismo

ainda continuam sendo objetivos a serem alcançados, apesar de todos os esforços de uma geração inteira. Para alguns teóricos, esta constatação foi comparada a um fracasso, numa conclusão que para outros é simplista e não reflete a realidade global da África. O certo parece ser que os resultados das várias experiências socialistas africanas ainda são muito precários, prin-

cipalmente por causa da falta de análise teórica. Quase todos os trabalhos surgidos ultimamente foram feitos por pensadores não-africanos, ou por acadêmicos negros estudando fora de seu país, enquanto os escassos pensadores africanos que permaneceram em seus países estão de tal forma mergulhados em tarefas políticas que pouco tempo lhes sobra para investigações de nível teórico.

Photo Oikoumène



Escola ao ar livre na Província de Gaza, em Moçambique.

A idéia do socialismo surgiu na África basicamente como uma ferramenta na luta contra a opressão colonial. O socialismo e o marxismo foram em geral descobertos na Europa e Estados Unidos por exilados ou filhos da burguesia local enviados para estudar nos países ricos. E foi principalmente no exterior que pensadores como Amílcar Cabral, Eduardo Mondlane, Franz Fanon, Walter Rodney e outros conseguiram mesclar a sua revolta contra a opressão aos princípios revolucionários do marxismo-leninismo (Fanon nasceu na Martinica e Rodney, na Guiana, mas ambos se tornaram mundialmente conhecidos por seus estudos sobre o colonialismo africano). A teoria de Marx e Engels funcionou como um canalizador político para o inconformismo resultante de uma sensibilidade aguda para a injustiça na África.

Ao aplicar a teoria revolucionária marxista na África, os teóricos e líderes políticos esbarraram numa realidade totalmente diferente daquela vivida no século passado por Marx e Engels. O pipocar de explosões de descontentamento anti-colonial não lhes deu tempo para análises mais aprofundadas, e a única solução foi em muitos casos simplesmente adaptar fórmulas socialistas ou marxistas a realidades insuficientemente analisadas. Da estratégia de tomada de poder concebida por Marx e Lênin foram tiradas a idéia de um partido revolucionário e a tática de luta armada, inspirada também em Mao Tse Tung e Guevara. A plataforma política e social dos movimentos socialistas africanos dava ênfase a igualdade de direitos e o restabelecimento do princípio da maioria, idéias quase que pré-marxistas. E no terreno econômico, o modelo planejado e socializado tornou-se um objetivo comum, em graus variáveis. O resto, a prática se encarregou de fazer.

Por isso, surgiram na África pós-independência vários tipos de socialismo. Surgiu o socialismo humanista de Senghor, no Senegal; o socialismo dinâmico da Guiné; o socialismo comunal de Julius Nyerere, na Tanzânia; o socialismo constitucional, de Obafemi Awolowo, na Nigéria; e mais recentemente, o socialismo científico de Angola e Moçambique. Todos estes adjetivos estão diretamente ligados à ênfase dada a um determinado aspecto do imenso campo de componentes da teoria socialista, aos problemas locais de cada país e ao tipo de prática política desenvolvida por líderes da luta de libertação contra as metrópoles coloniais. Na verdade estes adjetivos funcionaram mais como slogans do que como conceitos.

Uma vez conquistado o poder os diversos socialismos africanos enfrentaram um



Photo Oikoumene

duro teste. A preocupação com a preservação da unidade nacional tornou-se a tarefa mais imediata e urgente dos partidos revolucionários únicos ou não. Administrar a pesada herança colonial e preencher os imensos vazios deixados pela fuga dos colonos, também se tornou mais urgente do que planificar a economia. A prática do exercício do poder colocou desafios mais importantes e inadiáveis que a solução de questões teóricas. Nos casos específicos de Angola, Moçambique e Etiópia, os jovens regimes socialistas tiveram que enfrentar também guerras movidas por vizinhos hostis.

A soma destas circunstâncias históricas foi agravada pelo fato de que a opção socialista da maioria dos novos governos autônomos da África os colocou imediatamente dentro da guerra fria, o que tornou necessárias algumas opções que muitos não haviam cogitado fazer. A nível popular, os novos dirigentes passaram a ter que dar respostas a aspirações de progresso material, satisfazer necessidades básicas e promover a justiça social. Todos estes foram pontos que eles transformaram em bandeiras de luta na fase pré-independência, mas uma vez no poder tiveram que dar soluções em vez de exigilas, sem ter muitas vezes condições materiais para tanto.

No tumulto pós-independência, com problemas estourando em praticamente todos os setores da vida nacional, sem quadros e sem recursos financeiros, os partidos revolucionários em geral importaram modelos econômicos, na impossibilidade de poder criar seus próprios esquemas por falta de tempo. Na Argélia, Angola, Moçambique, Zâmbia, Tanzânia e Guiné Bissau, as fazendas e indústrias abandonadas pelos colonos foram estatizadas. O Estado assumiu a quase totalidade das tarefas econômicas, salvo nos casos em que

por absoluta incapacidade gerencial setores-chaves foram deixados nas mãos de particulares para não haver o colapso em atividades que rendiam preciosas divisas. Isto sobrecarregou ao extremo os novos ocupantes do poder. O resultado foi a burocratização por insegurança dos responsáveis e a ineficiência por falta de conhecimento técnico. Criaram-se monstros administrativos, que salvo no caso da Argélia, em geral nunca funcionaram a contento.

Mas foi no setor da agricultura e distribuição de alimentos que a experiência socialista africana enfrentou os seus piores problemas. A Tanzânia foi o país que mostrou a maior criatividade com o projeto das *ujamaas*, aldeias comunitárias que tentavam aliar a tradição africana de agricultura familiar com os conceitos modernos de socialismo. A idéia das *ujamaas*, desenvolvida por Nyerere na década de 60, já sofreu inúmeras adaptações para corrigir falhas surgidas na prática, mas o país ainda não voltou aos índices de produção agrícola anteriores aos da independência.

Em Angola e Moçambique, a situação na agricultura é crítica. A fuga dos comerciantes portugueses desarticulou o sistema de distribuição. Assim o camponês não tem para quem vender e nem de quem comprar os insumos e produtos que necessita. O resultado é a falta de comida nas cidades, que como em outros países, incharam absurdamente após a independência. Os organismos montados pelo Estado para garantir a distribuição não funcionaram. Esta situação foi agravada ainda mais nestas duas ex-colônias portuguesas pelos ataques militares organizados pela África do Sul.

As enormes dificuldades, herdadas pelos regimes socialistas ou socializantes da África logo após a independência, foram ampliadas pelo descontrole do sistema



Trabalhadores de um entreposto de algodão em Imalio, Tanzânia.

econômico capitalista a partir dos anos 70. Todos os países africanos, mesmo aqueles que se definiram como marxistas, não puderam no entanto escapar da órbita econômica do capitalismo. Portanto, tiveram que pagar um preço elevado pela queda dos preços das matérias-primas exportadas e pelo aumento dos manufaturados e bens primários importados. A defasagem de preços agravou o endividamento externo e os forçou a aceitarem as regras do Fundo Monetário Internacional, que basicamente cotam todo o programa de benefícios sociais que forma a base da plataforma de quase todos os partidos revolucionários pós-independência.

Administrar países nestas circunstâncias tornou-se extremamente desgastante e a consequência foi que a maioria dos partidos únicos perdeu suas características originais. A necessidade tornou-os fechados e os dirigentes passaram a adotar uma retórica revolucionária, enquanto na prática passaram a ter que abandonar muitos dos projetos socialistas. Os sucessivos reveses sofridos nos últimos 25 anos afastaram as bases das cúpulas partidárias. Em alguns casos, velhos aliados na luta anti-colonialista tornaram-se adversários. Outros, as lideranças perceberam o isolamento e resolveram abrir mão dos pesados encargos econômicos para poder manter o controle político unificado. A consequência é uma gradativa privatização que começa a ganhar corpo até mesmo nos governos que se proclamam adeptos do socialismo científico. As leis do mercado voltam a funcionar em setores onde antes a planificação centralizada era considerada inquestionável. E empresas estrangeiras nacionalizadas ou expulsas logo após a in-

dependência voltam a operar sob novas condições em seus antigos domínios.

Na Europa e nos Estados Unidos começa a ganhar corpo a idéia de que o socialismo africano em seus vários matizes está agonizante. Mas na África a realidade é diferente. O continente vive um momento de dura transição, provocado pelo agravamento das consequências econômicas de sua independência histórica em relação a Europa Ocidental e Estados Unidos, ao mesmo tempo em que programas revolucionários redigidos no calor da luta contra o colonialismo começam a mostrar falhas e inadequações. A geração dos guerrilheiros está cedendo terreno a dos administradores. O impulso voluntarista perde força para a racionalidade. Experiências importantes estão acontecendo no sentido de criar uma nova ordem num tempo em que a tendência ao caos é muito forte.

Estas experiências ainda não foram sistematizadas e elaboradas a nível teórico, porque, conforme afirmou o jornalista e escritor nigeriano Tunde Obadina, "os socialistas africanos foram da teoria à prática depois de assumirem o poder, e agora estão voltando à teoria depois de quase um quarto de século de experiências dramáticas". Uma volta determinada pela necessidade vital de criar um socialismo que responda à nova realidade da África. Prova disso é a multiplicação de seminários sobre marxismo e socialismo em vários países, como aconteceu na Nigéria, no ano passado, quando mais de mil teses foram discutidas em pelo menos quatorze reuniões de políticos e acadêmicos de várias nacionalidades.

Carlos Castilho é jornalista e editor em inglês dos *Cadernos do Terceiro Mundo*.

Assine o Boletim

aconteceu

Publicação semanal com um resumo das principais notícias veiculadas pelos órgãos de imprensa do país.

Assinatura anual: Cz\$ 100,00

América Latina: US\$ 80

América do Norte: US\$ 85

Europa, África e Ásia: US\$ 100

Nome: _____
Endereço: _____
Cidade: _____ CEP: _____ Est.: _____
Telefone: _____ Profissão: _____ Idade: _____

Faça sua assinatura através de cheque nominal para o CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação — Rua Cosme Velho, 98 — fundos — CEP 22241 — Rio de Janeiro — RJ.

Diálogo com a Igreja na União Soviética

Jether Pereira Ramalho

A convite da Igreja Ortodoxa Russa, um grupo de teólogos e cientistas sociais brasileiros (formado por Leonardo e Clodovis Boff, Frei Betto, Pedro Ribeiro de Oliveira, Jether Pereira Ramalho e pelos jornalistas Regina Festa e Luiz Fernando Santoro) visitou, durante duas semanas (de 25 de junho a 07 de julho), igrejas e importantes academias teológicas e científicas da União Soviética. A viagem possibilitou livres e fecundos debates com famosos centros de estudos e propiciou um revelador contato com diversas igrejas daquele complexo país. Se é correto afirmar-se que não se podem extrair conclusões definitivas em apenas uma visita, também é verdade que muitos dos preconceitos e levianas afirmações, que nos são impingidos diariamente pelos meios de comunicação social do Ocidente, incluindo os ligados às igrejas, caem por terra, quando se tem confronto com a realidade concreta em que vive o povo soviético. Verifica-se o quanto de tendenciosas, de ideológicas e de deturpadas são as imagens que se vendem da vida num país socialista.

Observa-se, de início, que as costumeiras cenas do cotidiano da nossa sociedade, que se diz regida por valores cristãos, como as da miséria, de violência, de desemprego, de milhões de crianças carentes, de apelo a um consumismo desvairado, da exploração do sexo para qualquer fim, já foram ultrapassadas naquele sistema de sociedade. A vida social é mais pura, limpa, sadia e tranqüi-

la. E isso não é porque se trata de um país desenvolvido. As razões devem ser procuradas com mais profundidade: a raiz da estrutura social não está fundamentada no lucro, na exploração, no individualismo, na desigualdade, na competição, na soberania irrestrita das leis de mercado, mas tem suas bases principais no atendimento prioritário dos direitos sociais, na resposta às necessidades básicas da grande maioria da população e na criação de relações de mais igualdade entre os diversos segmentos da sociedade. Seria ingênuo afirmar que se conseguiu um sistema ideal e que não há erros e contradições nessa sociedade. Seria até uma negação do próprio processo de transparência e reestruturação que a União Soviética está atravessando nestes dias.

A viagem coincidiu com um novo momento do processo socialista. Há reconhecimento de equívocos, de imobilismo, de excesso de centralismo, de burocratização exagerada e a necessidade de uma reestruturação, sempre dentro do sistema socialista, de muitos dos planos governamentais e de setores da sociedade soviética, incluindo-se a revisão de certos conceitos e a atualização de algumas análises sócio-político-econômicas. Reconhece-se que a resolução dos problemas sociais básicos foi, sem dúvida, uma grande conquista, mas que, no entretanto, não representa tudo. É preciso ir além: atender às satisfações individuais que, não sendo igualitárias, exigem novas conquistas. Entender que o marxismo não é uma proposta que apenas

privilegia as estruturas sociais, mas que tem um rico projeto de humanização. Que os valores espirituais do povo são imprescindíveis na formação da sociedade soviética e que devem ser respeitados e incentivados. Que o sentimento religioso é muito mais profundo e importante, ultrapassando o que os teóricos do Partido Comunista haviam concluído anteriormente. Indica-se para esse avanço certos caminhos a percorrer, tais como a maior democratização das estruturas da sociedade, a busca de transparência nas atitudes, uma certa descentralização da economia sem perder a planificação, a busca da eficiência no trabalho e a diversidade nas retribuições econômicas, a autogestão das empresas, com o controle dos trabalhadores, maior autonomia de produção e negociação, a revisão de determinada legislação que se tornou obsoleta no decorrer do processo socialista, a modernização das estruturas políticas, enfim, toda a reestruturação exigida pela nova conjuntura que se vive atualmente.

A abrangência dessa reestruturação atinge todos os setores sociais, o que se observa claramente na política externa, na maior liberdade dos meios de comunicação social, no reconhecimento, como positivo, do direito à crítica e no relacionamento com as igrejas. Evidentemente, que tão significativas modificações encontram resistências e dificuldades, mas sem dúvida, vive-se intensamente um novo momento repleto de esperanças e entusiasmo. E isso é fácil de



A delegação brasileira em Moscou. Da esquerda para a direita: Clodovis, Jether, Betto, Leonardo, Regina e Pedro.

se constatar na vida diária do povo soviético.

O significado da viagem

Nos últimos anos, está ocorrendo um sério processo de aproximação e diálogo entre as igrejas da América Latina com outras expressões cristãs de diversas partes do mundo. É inegável que no continente latino-americano, especialmente no Brasil, rica experiência eclesial vai-se construindo, uma fecunda reflexão teológica inspirada na pastoral popular vai-se aprofundando, uma leitura bíblica ligando a fé à vida torna-se mais imperiosa, e a prática de uma espiritualidade engajada, relacionada com uma concreta opção pelos pobres, vai enriquecendo nossa experiência de igrejas.

Certamente que todos esses fatores possibilitam o diálogo com outros segmentos eclesiais, principalmente aqueles que são capazes de vencer velhos preconceitos e que se disponham a refletir conjuntamente sobre novas expressões de fé. Importante é que se destaque que essa nova postura das igrejas, frente aos desafios de nossas sociedades latino-americanas, questiona e abre diálogo, não somente com instituições religiosas, mas também com setores governamentais e instituições políticas. Dentro desse novo espírito é que se compreende nossa viagem. A posição teológica e a prática pastoral da delegação forneciam referencial sólido e atitudes de confiança para uma livre discussão com igrejas, cientistas e setores governamen-

tais, participantes de uma sociedade que experimentava durante setenta anos o sistema socialista. Contatos de membros da delegação com outros países socialistas como Cuba, Polônia, Alemanha Oriental davam ao grupo suficiente experiência e maturidade para esse tipo de diálogo.

Outro dado significativo foi a coincidência das visitas se efetuar no ano das comemorações do milênio da Igreja Ortodoxa Russa, marcada especialmente pelo batismo do príncipe Vladimir, no ano de 988. Entre os muitos eventos comemorativos, incluiu-se a viagem de uma delegação ecumênica do Brasil para dialogar com setores de igrejas soviéticas, especialmente as ortodoxas, sobre a teologia da libertação e as práticas pastorais das igrejas brasileiras.

A riqueza dos debates

O itinerário sugerido pela delegação e organizado pela Igreja Ortodoxa, além da participação em celebrações de igrejas locais, visitas a instituições públicas, momentos de livre programa, contatos com autoridades políticas e eclesiais incluiu debates com centros teológicos e academias de ciência, onde, em liberdade, se pudesse confrontar posições e trocas de experiências.

Para atingir tais objetivos foram incluídas visitas a Moscou, Zagorsk, Leningrado, Riga, Vilnius, Kaunas, Suzdal e Vladimir, com a realização de seminários com representantes das Igrejas Or-

todoxa, Católica e Luterana, além de debates com cientistas, jornalistas e políticos.

Impossível relatar num artigo a profundidade e a riqueza dos diversos diálogos. Apenas ressaltaremos alguns aspectos que consideramos os mais marcantes.

Três encontros em Moscou

Em Moscou, no mosteiro de São Daniel, no Departamento de Assuntos Internacionais da Igreja Ortodoxa, os debates giraram em torno do que se tem em comum entre os cristãos da União Soviética e da América Latina e a importância da contribuição dos valores éticos cristãos na construção dessas novas sociedades. Analisou-se o significado do atual processo histórico que indica a urgência da construção de uma nova ordem social e econômica na América Latina. Constatou-se que a grande tragédia será se essa nova sociedade vai acontecer sem a participação efetiva das igrejas, ou — o que será pior ainda — se vai acontecer contra elas. Buscaram-se elementos comuns para que as igrejas possam ser sócias dessa mesma tarefa histórica, apesar das diversidades teológicas, das diferentes tradições, das conjunturas políticas díspares. O principal será o reconhecimento dos elementos fundamentais da nossa fé e do compromisso maior de todos os cristãos no discernimento dos sinais dos tempos, tornando visíveis as esperanças do Reino. E nesse processo, sempre inacabado, em qualquer sistema, há sempre lugar para a missão profética da Igreja.

Ainda em Moscou, aconteceram dois outros interessantes debates: um no Instituto Latino-Americano da Academia de Ciências e outro com o presidente para Assuntos Religiosos do Conselho de Ministros da União Soviética.

No Instituto Latino-Americano, a reflexão recaiu sobre o sentido humanístico do marxismo, com crítica aos dogmatismos e com uma avaliação profunda da importância da tradição cristã na sociedade soviética. As últimas pesquisas revelaram que os sentimentos religiosos do povo são mais profundos do que se pensava. Discutiu-se o perigo da adoção do ateísmo como outra postura confessional. Foi reafirmado que, em todas as sociedades, o direito de liberdade de consciência é direito humano fundamental. Constatou-se o papel importante que a Igreja pode desempenhar na humanização da sociedade soviética. Debateu-

se e criticou-se uma perspectiva puramente científica como capaz de revelar a complexidade da realidade social.

Muito franca, livre e transparente foi a conversa com o presidente dos Assuntos Religiosos. Inicialmente, foi feito longo histórico das relações Igreja e Estado, na União Soviética, pós-revolução de 1917. Reconheceu-se que houve incompreensões e equívocos de ambas as partes. No período da Segunda Guerra as igrejas, principalmente a Ortodoxa, tiveram posição patriótica e contribuíram muito para a derrota do nazi-fascismo. Mesmo assim, ainda prevaleceram algumas dificuldades e certos teóricos do partido elaboraram princípios que não se confirmaram na prática. Hoje, vive-se um outro momento, o que não significa que todos os problemas tenham sido superados. Dentro do princípio geral de liberdade de consciência há ainda muito caminho a percorrer. Vai ser preciso um trabalho pedagógico, em ambas as instituições, para a superação de conflitos e divergências desnecessárias. O crente deve ser considerado um cidadão pleno do Estado socialista. Houve longa discussão sobre a questão ideológica nas escolas e a impossibilidade da catequese fora do âmbito familiar. Também se aventou a dificuldade de impressão e da distribuição da literatura religiosa. Declarou-se que esse assunto está em estudo e foi confirmado que a venda da Bíblia é feita livremente, que se imprimiram mais de um milhão e quinhentos mil folhetos religiosos e que se concretizou um convênio com a Convenção Batista dos Estados Unidos para o envio de cem mil bíblias para a União Soviética.

Um centro de peregrinações

Zagorsk é um lindo centro religioso ortodoxo da Rússia. Possui um grande e tradicional mosteiro, muitas igrejas, museu de ícones célebres e uma academia teológica. É local de peregrinações e devoção. Nas festas litúrgicas, milhares de pessoas participam das imponentes celebrações religiosas, onde predomina a música coral entoada por famosos cantores do Teatro Bolshoi. No debate com a academia teológica de Zagorsk discutiu-se o papel da Igreja na sociedade socialista e a fundamentação teológica para as teses de paz e justiça, que são comuns às diversas igrejas e que são a chave da política externa do Estado. Refletiu-se sobre a injusta ordem econômica internacional, a corrida armamen-

tista e a ameaça da guerra nuclear, e qual a responsabilidade e o envolvimento dos cristãos nessas campanhas. Outro ponto de discussão foi o papel da tradição nas atividades das igrejas frente aos novos momentos em que vive o mundo e a importância básica da Bíblia na pastoral popular na América Latina.

A capital da revolução

Leningrado, pela sua beleza e importância política, é lugar obrigatório para qualquer visitante à União Soviética. Foi o berço das suas três últimas revoluções: a de 1905 e as duas de 1917. O seu famoso museu, o Hermitage, deslumbra a todos que têm sensibilidade artística. No cemitério da cidade estão os túmulos de Dostoiévski, Borodin, Tchaikóvski, Rímski-Kórsakov, Rubinstein etc. Na estação ferroviária Finlândia pode-se ver a locomotiva que trouxe Lênin para a parte final da revolução de 1917. O debate teológico realizou-se na Academia da Igreja Ortodoxa, que possui 220 seminaristas, com a procura de cinco a seis postulantes por vagas e um apurado corpo de teólogos como professores. Foi feito um histórico do movimento renovador na Igreja Ortodoxa, nas décadas anteriores, e as razões pelas quais não teve êxito. Discutiram-se o estágio do diálogo com o marxismo e as novas questões que se colocam no momento atual. Debateu-se sobre o uso da metodologia marxista na teologia da libertação. Um ponto forte do seminário foi o conceito

do Reino de Deus e sua presença no homem e na sociedade. Também a questão dos ministérios femininos foi assunto de discussão.

A forte presença dos luteranos

Riga é a capital da Letônia. Agradável, leve e linda cidade. Cheia de espaços verdes e de flores. O movimento religioso mais expressivo é o dos ramos protestantes, principalmente o luterano, mas também com forte presença batista. Os católicos também são numerosos e mantêm atitudes e liturgia próprias do período pré-Vaticano 2º. Além dos contatos, participação efetiva nas celebrações, visita às autoridades eclesiásticas, destacamos o diálogo feito com os pastores e com o bispo luterano da Letônia. Essa igreja possui 220 paróquias, um seminário com 48 estudantes, muitas mulheres pastoras e com intensas relações ecumênicas. Seu bispo é herói de guerra e já foi eleito deputado, na sua república, duas vezes. Acaba de patrocinar a reedição do Novo Testamento e Salmos, com uma edição ecumênica para ser usada por todas as igrejas cristãs. Ressaltou a separação entre a Igreja e o Estado, mas concorda que há certas questões em que o esforço tem que ser comum. Lembrou, especialmente, a questão da paz. Declarou que considera a sociedade socialista mais próxima dos preceitos de Jesus no Sermão da Montanha, ainda que não seja perfeita. Diz que tem mais

Arquivo de Jethor Ramalho



Riga, capital da Letônia.

facilidade de exercer sua ação pastoral na sociedade socialista, livre da influência hegemônica dos ricos na Igreja, já que numa sociedade mais igualitária esse risco é diminuído. A teologia da libertação é vista como contribuição muito importante à reflexão teológica nos dias de hoje e afirmou que a luta pela paz deve unir todos os homens.

A concentração católica

A Lituânia é o reduto mais importante do catolicismo na União Soviética, professado por 80% da população. Estão transcorrendo, este ano, as comemorações dos seiscentos anos da chegada da Igreja Católica a essa república. Muitos templos estão sendo restaurados devido a esse evento. Visitamos Kaunas, sua capital, na fronteira da Polônia. O contato maior foi com o bispo católico e seus colaboradores. O seminário da Lituânia possui 140 estudantes e onze professores. A discussão maior foi sobre a liberdade da catequese e as relações com o Estado socialista. Há ainda muitas dificuldades a serem superadas e as dramáticas experiências da incorporação da Lituânia à União Soviética não estão todas resolvidas. A experiência da Igreja Católica do Brasil é muito apreciada e o estreitamento do diálogo entre as duas igrejas será enriquecedor para ambas.

Em Vilnius, atual capital, realizou-se um longo debate com o Comitê da Paz da Lituânia, composto de cientistas, jornalistas, políticos e religiosos. Foi um sério e intenso debate. O interesse maior

era estudar a relação entre cristianismo e marxismo. A delegação brasileira mostrou a função libertadora da religião na América Latina e a plena participação dos cristãos na construção de uma sociedade mais justa, o que significa a condenação do sistema capitalista. Mostrou que isso cria problemas de diversas ordens, inclusive de ordem teórica para certas interpretações do marxismo. Levantou-se então uma séria questão: como pensar no marxismo sem ateísmo? Como fazer da ciência uma nova confissão, transformando-a num cientificismo? Depois de uma rica troca de idéias, onde a questão dos sentimentos religiosos era central, concluiu-se que se está avançando para um novo modelo de relações, quando na prática se encontram os pontos comuns na luta pela justiça, pela paz e na solução dos problemas sociais, questões que comprometem a todos, cristãos e não-cristãos.

Em Suzdal e Vladimir, cidades religiosas históricas da Rússia, viveu-se o clima de intensas recordações de todo o passado histórico da Igreja Ortodoxa. Delegações de muitas partes visitando as cidades, a presença mística dos grandes mosteiros e das imponentes catedrais davam um ar religioso ao domingo que passamos nessas comunidades.

Impressões que marcaram

É impossível, no mundo de hoje, não considerar o amplo significado do ecumenismo, na amplitude do seu conceito. É conquista do nosso século. As bar-

reiras entre povos e concepções políticas e religiosas estão sendo quebradas no decorrer do processo social em que vivemos. Precisamos destruir preconceitos, abandonar sectarismos para compreender as lutas comuns que nos unem. Essa viagem à União Soviética deixou-nos ver de perto a riqueza espiritual dos seus povos e o seu grande sentimento de hospitalidade e de humanidade, mostrou-nos concretamente as reais possibilidades de se ter uma sociedade sem misérrimas e escandalosas desigualdades e as possibilidades de enriquecimento mútuo dos diversos grupos cristãos partindo de práticas e conjunturas diferentes. Deus nos inspiração, levou-nos a posições de maior humildade, abriu a nossa visão e fortaleceu nosso compromisso, verdadeiramente ecumênico, de uma luta por um mundo mais unido longe das guerras e da exploração.

A beleza do país, a gentileza das pessoas, a alegria das crianças, a liberdade nas ruas, os concertos de música, inclusive sacra, as pessoas pescando nos rios e jogando nas praias, a elegância das mulheres, o respeito aos velhos, as homenagens aos heróis da guerra e às figuras da pátria, contrastavam em muito com todas as imagens que, ano após ano, dia após dia, se vão interiorizando em todos nós.

Há ainda muito a fazer e corrigir, mas a própria constatação dessas evidências é indicadora de que o caminho a percorrer aperfeiçoará ainda mais as grandes conquistas já alcançadas pela humanidade.

tempo e presença

Questão agrária
O que realmente mudou?



Assine a Revista

tempo e presença

Publicação mensal do CEDI, com temas da atualidade analisados na perspectiva do ecumenismo comprometido com os movimentos populares.

Assinatura anual:

Cz\$ 200,00

Assinatura de apoio:

Cz\$ 300,00

América Latina: US\$ 60 América do Norte: US\$ 80 Europa, África e Ásia: US\$ 90

Fazendo uma assinatura de apoio
você recebe de brinde
um exemplar dos Cadernos do CEDI.

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ CEP: _____ Est.: _____

Telefone: _____ Profissão: _____ Idade: _____

Faça sua assinatura através de cheque nominal para o CEDI —
Centro Ecumênico de Documentação e Informação — Av.
Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP.

A religião no socialismo real

Pedro Ribeiro de Oliveira

A União Soviética é o protótipo do *socialismo real*, isto é, o conjunto de regimes inspirados no marxismo-leninismo. Com frequência seu exemplo é invocado como alerta contra o projeto socialista. Muitas vezes ouvimos objeções do tipo “projeto socialista é uma coisa, os países socialistas são outra; lá os cristãos não defendem o socialismo”. De fato, a imagem negativa da URSS tanto se difundiu — e tanto penetrou em nossas mentes — que o socialismo real passou a ser uma espécie de fantasma para todos os que nos aproximávamos do projeto histórico de Marx. Tantas restrições são feitas à experiência soviética, que a visita àquele país se tornou para nós: decifrar o enigma da religião no socialismo. Uma coisa é a síntese feita pela teologia da libertação entre a mensagem evangélica e o projeto socialista, outra a convivência cotidiana entre as igrejas cristãs e o socialismo real. É o enfrentamento desse desafio que desejo aqui brevemente comentar. Não se trata apenas de um exercício intelectual — pois a Revolução Soviética desperta emoções e sentimentos profundos — mas de uma reflexão que se questiona sobre o problema da vida religiosa no socialismo soviético; sem pretender resolvê-lo, quero colocá-lo de modo a trazer à tona aspectos não percebidos à distância. Para isso, utilizo anotações tomadas durante os vários diálogos de que participamos durante a viagem. Não se trata de depoimentos de nossos interlocutores — pois foram feitas ao longo das conversas — mas podem servir de fio condutor para esta reflexão.

Nosso primeiro diálogo com teólogos da Igreja Ortodoxa Russa versou sobre um tema muito familiar à Igreja popular: a construção da nova sociedade. Colocado por um teólogo ortodoxo, o problema pode ser assim resumido: “Cremos em Jesus Cristo e vivemos numa sociedade secularizada; não basta testemunhar e celebrar

nossa fé, temos que influir eticamente numa sociedade onde o marxismo é a força motriz. Desta influência ética depende o futuro do cristianismo na URSS, pois a nova sociedade virá por lei histórica, mas seria trágico se viesse à margem da Igreja”.

Essas palavras não soam estranho aos nossos ouvidos. Ou bem o cristianismo é capaz de despertar força “criadora” de história, cooperando com a construção da nova sociedade — justa e fraterna, portanto sem classes e sem opressão — ou bem ele se reduz a um pequeno gueto onde se conservam belas tradições religiosas e onde os membros da Igreja encontram a paz interior. Ora, é esta a posição hoje predominante na Igreja Ortodoxa Russa: peque-

nos redutos de paz interior e tradições religiosas dentro de uma grande sociedade secularizada. É uma situação que, no fim das contas, parece ser bastante confortável. O Estado soviético não a incomoda, mas ela fica à margem do processo político e social. Parece até que a convivência é melhor do que uma simples coexistência pacífica, pois há um discreto apoio entre as duas partes. Com efeito, pode-se perceber que membros do Partido Comunista demonstram grande estima pela Igreja Ortodoxa Russa. Vários deles nos disseram que chegam até a freqüentar algumas de suas celebrações solenes, devido à beleza das músicas e à paz interior que elas lhes trazem. Para boa parte dos dirigentes ecle-





Casamento em Moscou: os noivos depositam flores no túmulo do soldado desconhecido.

siásticos com quem nos encontramos, essa convivência é satisfatória. Não podem se queixar de repressão; ao contrário, freqüentemente registram o apoio do Estado à atividade da Igreja, principalmente na reconstrução dos templos e mosteiros. Os seminários estão cheios de candidatos, as igrejas sempre bem freqüentadas pelos fiéis, e não parece faltar recursos para a Igreja. Não é de se estranhar que um forte setor conservador não esteja disposto a alterar o "status quo". Se Igreja e Estado estão convivendo tão satisfatoriamente, por que mudar?

Mas há um setor renovador na Igreja Ortodoxa que deseja mudanças. Mesmo reconhecendo as vantagens da atual situação, percebem que ela não corresponde plenamente ao projeto evangélico de Jesus. É para esse setor que se coloca a construção da nova sociedade como um desafio para a Igreja. Ele está para o "establishment eclesiástico" como o projeto de Gorbachev está para a burocracia estatal, com a diferença de ser evidentemente minoritário na Igreja. Daí entender-se seu interesse em encontrar representantes da Igreja latino-americana numa linha de libertação: ambos lutamos pela construção da nova sociedade. Para eles nossa Igreja é importante não apenas politicamente — enquanto combate o imperialismo — mas também *teologicamente*. É em questões fundamentais, como a salvação e Reino de Deus, que devemos nos entender, porque por elas passa a presença da Igreja na construção da nova sociedade.

Deste diálogo podemos concluir que a grande questão não é o socialismo, mas a revolução. O socialismo, a URSS já construiu. Diga-se o que se disser, o fato é que em setenta anos, sem ajuda de ninguém, e ainda acossado pelo imperialismo, o povo soviético construiu uma sociedade socialista cujos resultados sociais e econômicos são inegáveis. Mas a nova sociedade que desejamos está bem mais além do socialismo atual, como aliás Marx já dizia. Construir a nova sociedade é tornar permanente a revolução. A luta pela igualdade e a participação não é uma luta terminada; ao contrário, ainda há muito caminho a andar. E nessa caminhada as igrejas cristãs não podem estar ausentes, sob pena de perderem sua missão evangelizadora que é a de anunciar a boa nova do Reino. Esta missão evangelizadora é tão revolucionária na América Latina quanto na URSS, embora ali a revolução já tenha começado.

E aí reside minha principal observação crítica ao socialismo soviético: uma vez consolidado o socialismo e o Estado soviético, a revolução deixou de ser presente para ser passado. Lênin foi praticamente transformado em super-herói, revestido de um poder quase sagrado, e sobre ele se concentram todas as glórias revolucionárias. O Estado e o Partido parecem ter perdido a memória de que foi o povo quem fez a revolução, e que se Lênin foi um grande líder, ele só foi eficaz porque conseguiu aglutinar as forças populares que já estavam mobilizadas.

Este mesmo processo que reduz a revolução a um fato do passado parece estar produzindo outras distorções e reduções. Três delas me chamaram a atenção. A primeira, é a importância do Estado, em detrimento da sociedade. O Estado cresceu, tornando-se uma espécie de guardião da revolução e do socialismo, quando esta é uma tarefa que cabe à sociedade como um todo, sendo o Estado apenas sua instância legal, administrativa e policial. A sociedade civil praticamente não existe na URSS, porque o Estado ocupa todo espaço de organização social. É pena...

A segunda redução é a do movimento popular. O movimento social — principalmente das classes trabalhadoras — que fez a revolução e que é a grande força de transformação social, perde seu espaço na medida em que cresce o espaço ocupado pelo Partido Comunista. Apesar de todo respeito que merece o partido de Lênin, ele não pode, jamais, substituir a força dos movimentos populares no processo da revolução permanente que conduz à nova sociedade. Revolucionário não pode ser sinônimo de membro do Partido Comunista, porque a revolução é muito maior do que a capacidade de ação de um partido político.

Enfim, chocou-me a redução da concepção materialista da história à "doutrina" marxista-leninista. Não digo só do marxismo-leninismo formulado pelos teóricos do PCUS e da Academia de Ciências, mas de toda redução da "teoria da práxis" a uma "doutrina". Que os anti-comunistas chamem o marxismo de "doutrina", entende-se, mas que comunistas o façam, parece-me aberrante. Afinal a "teoria da práxis" é uma teoria sempre em elaboração, sempre em verificação, sempre em mutação, pois ela acompanha a práxis revolucionária guiando-a.

Essa crítica ao processo de "reducionismo" soviético fica nítida quando se tem uma perspectiva revolucionária, isto é, quando se acredita que a nova sociedade passa pelo socialismo real, mas não se confunde com ele nem termina ali. Ela é análoga à crítica que fazemos das nossas próprias igrejas cristãs, numa perspectiva ecumênica: o cristianismo não pode ser reduzido a nenhuma de suas expressões confessionais, embora esteja em todas elas. Assim também, o projeto da sociedade sem classes é maior do que o Estado, o partido e a doutrina da URSS, embora já esteja ali presente em embrião.

Pedro Ribeiro de Oliveira é sociólogo e secretário-geral do Iser.

Socialismo real e teologia da libertação

Leonardo Boff

A recente viagem de alguns teólogos brasileiros à União Soviética, entre os quais se encontrava o autor desta reflexão, revelou o interesse e a respeitabilidade da teologia da libertação por parte dos grupos mais abertos da Igreja Ortodoxa Russa, bem como de membros do Partido Comunista e de cientistas da Academia Soviética de Ciências. Podia-se perceber que se apreciava o caráter revolucionário do cristianismo que estes teólogos representavam, o que significa um cristianismo interessado nas transformações sociais que contemplam primeiramente os interesses dos oprimidos. Por fim, que este cristianismo fez uma síntese própria entre fé e elementos do marxismo, sob a égide da própria fé no intuito de conferir mais eficácia na sociedade, do lado dos marginalizados. Os diálogos mostravam que, a despeito da ruptura existencial da fé, havia convergências inegáveis. De forma nenhuma era um diálogo com a atmosfera carregada e cheia de pontas de acusações e mágoas, como quando dialogamos entre cristãos com opções políticas distintas e teologias diferentes, que funcionam como justificativas das práticas e posições assumidas dentro da Igreja e na sociedade. Sentiamo-nos companheiros de uma mesma caminhada; algo fundamental e não meramente superficial nos unia. Certamente temos diferenças que devemos discutir e aprofundar, mas as consonâncias sociais predominam. Em que elas residem? Como se dá a articulação entre teologia da libertação e socialismo real?

O socialismo real concretizou parte dos ideais da teologia da libertação

A teologia da libertação surgiu das práticas populares daqueles cristãos que descobriram que a contradição principal não se situa na oposição ateísmo-religião, mas na relação dialética oposta entre opressão-libertação. Somos dependentes de um sistema que em sua dinâmica produz acumulação de um lado à custa da miséria e da exploração do outro sobre as massas trabalhadoras. A luta dos oprimidos reside na superação histórica e política deste sistema, o capitalismo (em suas várias fases, mercantilista, industrial, imperialista e transnacional), tendo eles mesmos como sujeitos históricos desta revolução que implica a criação de uma nova formação social que lhes propicie mais vida, trabalho, liberdade e participação na produção, distribuição e consumo de todos os bens. O socialismo surgiu como superação das relações capitalistas de produção. É seu grande mérito histórico. Do ponto de vista do socialismo, o capitalismo é algo passado, embora perdure e constitua uma permanente ameaça ao socialismo, a todos os oprimidos do mundo e, por fim, a toda a humanidade, dado o seu caráter desumano e beligerante. Há socialismos e socialismo. Em certo sentido o socialismo representa uma utopia, vale dizer, uma idéia poderosa que deslancha permanentemente práticas sociais que visam colocar sempre o social no centro de todos os interes-

ses. O ideal consiste em chegarmos a socializar todos os meios de produção (economia), os meios do poder (política democrática), os meios de significar (cultura) e também os meios de prazer (a erótica no sentido positivo, dos gregos, dos meios de satisfação humana pessoal e coletiva). O atual socialismo real, realizado dentro de uma estratégia idealizada por Lênin e seus seguidores, na qual a peça fundamental é a constituição de um partido revolucionário que organiza toda a sociedade e também controla o Estado, dá uma configuração histórica da utopia do socialismo. Mas não se identifica com o socialismo *tout court*, como se todas as virtualidades intrínsecas no socialismo como projeto se extenuassem no socialismo real de versão soviética.

Os cristãos também falam de socialismo, não no sentido de que eles procuram um caminho próprio a esta formação social distinta, mas como força auxiliar e conjugada com a força popular maior que se opõe frontalmente ao capitalismo e se propõe a buscar o socialismo. O tipo de socialismo que surgir da luta dependerá de múltiplos fatores, vindos da própria natureza da luta, da cultura, da tradição do povo, da correlação de forças que se verificar historicamente e também da colaboração dos próprios cristãos. Na América Latina, devemos, a partir das lutas do bloco oprimido, no qual estão segmentos importantes das Igrejas, elaborar nosso projeto de socialismo e construí-lo com os materiais de nossa realidade indígena, ne-

gra, mestiça, branca e com aquilo que se esconde atrás destes nomes (em termos de cultura, ethos, religiosidade, tradições etc.). O ideal buscado é sempre este: vida para o povo, meios de trabalho, de saúde, de moradia, de educação e de participação cada vez mais crescente. Neste aspecto, na perspectiva latino-americana e considerando os níveis de degradação que o capitalismo dependente e excludente aqui produz e continua crescentemente a produzir no tecido social de nosso povo, o socialismo real cumpriu parte não irrelevante dos ideais dos cristãos militantes e que se alimentam da teologia da libertação. Não se pode negar que a sociedade soviética apresenta, no quadro do seu tipo de socialismo, um nível de integração e de igualdade social sem comparação com o nosso nível. O povo tem garantido o acesso à alimentação suficiente, ao trabalho pleno, à saúde, à educação, com certos problemas, também à moradia e ao lazer. O efeito psicossocial deste desempenho é visível nas ruas: percebe-se um povo saudável, tranquilo, sem ansiedade e com reduzidos níveis de violência. A superação da especulação imobiliária e uma política planejada da relação entre campo e cidade, ser humano-natureza fizeram com que o habitat humano apresentasse uma ecologia boa e até muito boa. Certamente não se trata de um paraíso terrestre, porque o nível de realização do ser humano, e de suas necessidades, é sem limites. Mas importa reconhecer: o socialismo oferece condições melhores que o capitalismo para o ser humano viver sua sociabilidade fundamental, desenvolver suas capacidades e gerar uma vida mais sã e ética, na medida em que é menos exploradora do outro e reforçadora dos mecanismos de solidariedade para com todos.

A teologia da libertação, na dimensão social que ela promove (além de muitas outras) pode, coerente consigo mesma, dizer: neste socialismo há metas suas que foram logradas e consolidadas. Fez-se, efetivamente, a revolução da fome que é a revolução fundamental para qualquer sociedade, pois que sem ela nada mais se torna possível; cadáveres não fazem política nem louvam a Deus. Mais ainda: cabe à teologia ler tal avanço histórico como realização antecipada e concretização temporal de bens do Reino de Deus. Mesmo negando Deus, estes socialistas servem à sua causa, pois servem à vida, e produzem os meios para a vida em benefício das pessoas que são filhos e filhas do Pai celeste. Não devemos cair no engodo clerical tão presente entre cristãos e até nos documentos pontifícios de considerar no socialismo somente seu momento irreligioso, materialista e até ateu. Sobre isso divergimos teórica e praticamente com o socialismo real. Não entendemos a religião como fru-



Arquivo de Jether Ramalho
Templo católico em Vilnius, capital da Lituânia.

to da miséria ou da mera protestação contra a exploração. Ela possui suas raízes mais fundas na dimensão oceânica do ser humano, jamais totalmente manipulável e decifrável; nem concordamos com as políticas soviéticas no tratamento do fenômeno religioso: acastelá-lo dentro do espaço físico dos templos e permitir sua reprodução e expansão apenas no âmbito da família. Apesar deste erro teórico e político, não ficam invalidadas as conquistas sociais e humanitárias do socialismo que, naquilo que elas têm de verdadeiro, justo, adequado à busca humana, representam uma manifestação histórica do desígnio do Deus vivo, do Deus-comunhão das três divinas pessoas, cuja íntima comunhão se manifesta nas formas de comunhão pessoal e social.

**Tarefa histórica:
reconciliar o socialismo com a
religião e a religião com o
socialismo**

Esta última observação nos coloca a nós cristãos um desafio: como ajudar na superação da irreconciliação existente entre o socialismo real e as Igrejas históricas? Estas, no processo de implantação e consolidação do socialismo, se opuseram fortemente, ora manipuladas pelas forças anti-revolucionárias, ora por razões internas (o fator religioso do marxismo-leninismo) ou por outros interesses ameaçados. O socialismo real assumiu, sem maiores discussões, as teses de Marx e de Lênin com referência à religião. Ela é apenas tolerada como forma de pensamento pré-científico e arcaico. Sua tendência iner-

cial é o desaparecimento. Ora, a realidade está mostrando o inverso. As religiões resistem, subsistem e se expandem e podem assumir uma função revolucionária, como o está mostrando a fé no Terceiro Mundo. O cristianismo não escolhe o mundo que quer evangelizar. Deve evangelizar todo o mundo e todas as formações histórico-sociais, também o socialismo. O cristianismo deve construir o seu lugar dentro do socialismo, ajudar na implementação de seus ideais e articulá-los com os ideais evangélicos.

O socialismo por sua vez deve superar sua atitude displicente e dogmática face à religião. Há sinais em Cuba, na China, na Bulgária, de uma verdadeira revisão de grandes conseqüências com referência à religião. Tende-se a considerá-la um fenômeno originário do ser humano que deve, adequadamente, ser interpretado e cuidar para que encontre no espaço social sua expressão justa. Os diálogos que se estão dando, já a alto nível, implicando os próprios governos, mostram que podemos esperar progressos promissores para as Igrejas e para o socialismo.

**A questão fundamental da
democracia**

Há uma questão de fundo que deve ser abordada porque ela constitui um núcleo fundamental na teologia da libertação: a questão da democracia. Ela constitui o mais alto ideal político da humanidade, já entrevisto pelos clássicos antigos. Trata-se de criar uma sociedade montada sobre a participação de todos, sobre a igualdade que resulta da participação, sobre o respeito e cultivo da diversidade e sobre a abertura à comunhão com todos os outros e o grande Outro. Tais valores traduzem, em linguagem secular, parte substancial do projeto de Jesus. Por isso, são conteúdo básico da meditação dos teólogos da libertação. Percebemos que no socialismo real falta uma democracia de cunho popular. O Estado realiza os interesses básicos do povo, mas o faz para o povo com poucas possibilidades institucionais de discutir as principais causas com o povo. Ao socialismo de Estado, importa cobrar um socialismo popular que seja construído não apenas pelo Estado mas por todas as forças sociais. É aqui que há muito ainda por caminhar. Nisso as igrejas, com sua pedagogia popular, tem algo a contribuir.

Leonardo Boff, frade franciscano, é um dos principais teólogos latino-americanos. Autor de, entre outros, *Jesus Cristo Libertador, Teologia do Cativeiro e da Libertação e Igreja: Carisma e Poder* (Vozes).



Como seria o neoparlamentarismo estadual?

Cesar Caldeira

A adoção do sistema de governo neoparlamentarista nos anteprojatos das Comissões da Constituinte, e mesmo no segundo substitutivo do projeto de Constituição do relator, deputado Bernardo Cabral, abre uma série de polêmicas quanto à viabilidade e prudência dessa opção num Estado Federal. Afinal, as constituições dos estados-membros se adaptarão ao sistema de governo instituído pela futura Constituição Federal. E essa adequação será feita pelas atuais Assembléias Legislativas no prazo de até seis meses da promulgação da Carta. Essas mudanças são significativas e estão previstas para o primeiro semestre de 1988.

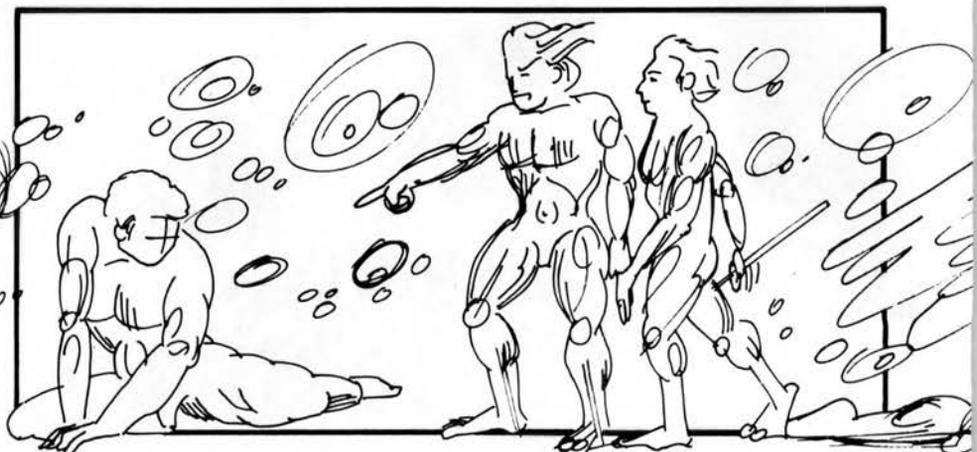
Quais são os principais problemas desta transição política nos estados? Primeiro, existe a questão da legitimidade. Os eleitores não conferiram aos deputados estaduais — eleitos sob um regime presidencialista e silentes, durante a campanha eleitoral, em relação a questões constitucionais — mandato para resolver este problema. Seria uma usurpação política se os atuais deputados viessem a eleger um secretário-presidente ou figura equivalente de primeiro-ministro no

plano estadual. Segundo, há uma dificuldade política notável. Os governadores, como protagonistas das eleições de novembro de 1986, não vão provavelmente querer abrir mão de seus poderes atuais para beneficiar às Assembléias Legislativas. No mínimo exigirão que a implantação do parlamentarismo nos estados ocorra após a extinção dos seus mandatos de governadores. Assim, somente a próxima legislatura, já eleita sob o regime neoparlamentarista federal, poderia efetivar concretamente a transição nos estados. Aliás, estes problemas emergiram quando o Ato Adicional de 1961 dispôs sobre a instauração do sistema parlamentar no Brasil.

Há um encaminhamento democrático e participativo para se resolver estes problemas: consulta popular prévia. Decisão tão importante como a mudança do sistema de governo não deveria, por razões de princípio e de prudência política, ser tomada, em primeiro lugar no plano federal, sem um referendo de ratificação nacional. Campanha de esclarecimento público, discussão ampliada e votação posterior a favor do parlamen-

tarismo até reverteriam a percepção generalizada de que sua implantação é apenas um casuismo contra o ex-governador carioca, Leonel Brizola. É necessário que o parlamentarismo se consolide como resultado de um movimento de opinião pública ou desmoronará sob a pressão contrária do próximo presidente eleito diretamente pela maioria absoluta dos votos válidos do povo. Quanto aos estados-membros, a Constituição poderia deixá-los livres para seguir, ou não, o modelo parlamentarista federal. Desta maneira seria assegurada autonomia aos estados para se organizarem de acordo com suas particularidades históricas, culturais e a vontade de seus habitantes. Em suma, não existe incompatibilidade do parlamentarismo com o Estado Federal — a Alemanha Ocidental e o Canadá se valem de ambos com eficiência e proveito — desde que esta combinação seja democraticamente construída.

Cesar Caldeira, advogado, é professor de Direito Constitucional da Faculdade Cândido Mendes/RJ e editor geral do *Dossiê Constituinte II: As Grandes Questões Nacionais e as Propostas Populares* (CED1, 1987).



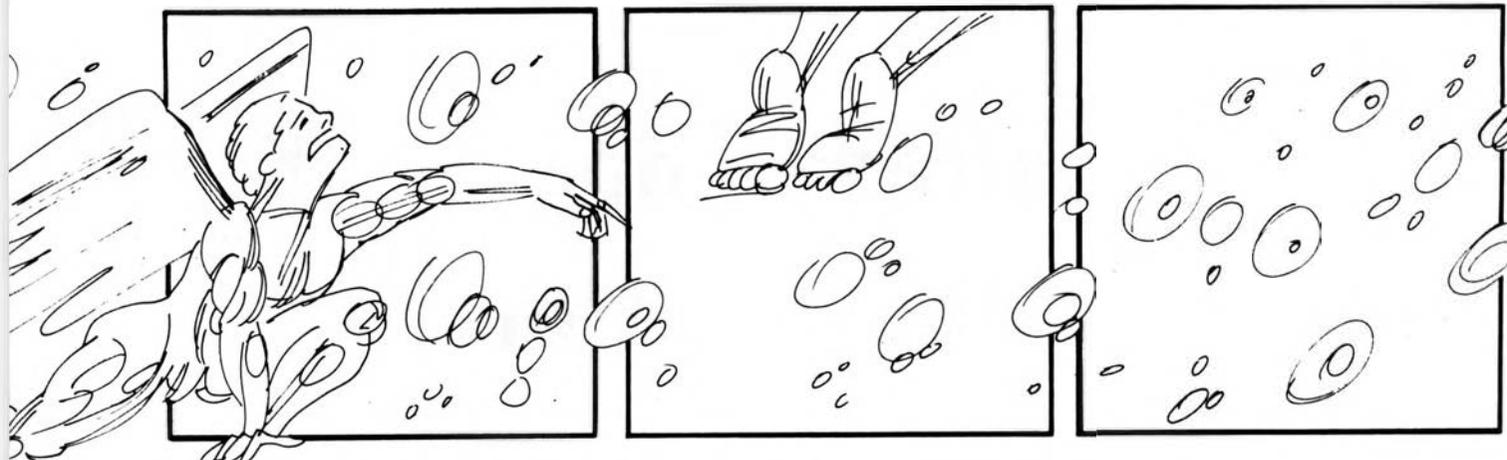
Sei que

Rubem Alves

No seu maravilhoso livro sobre fotografia Barthes diz que cada foto é sempre fotografia da morte: ali, fixadas no papel pela física da luz e pela química do filme, estão imagens de um tempo que passou. Será preciso que aquela coisa morta evoque sentimentos adormecidos para que a vida aconteça. Não a do que já passou, mas aquilo que sinto ao contemplar de novo o que já morreu. Também os velórios são uma espécie de vida...

Lembrei disto ao pensar no meu primeiro livro que depois de dezoito anos aparece em português. Para mim ele é como uma foto, colada num álbum. Data: 1969. Filho do exílio. Eu fora forçado a deixar o país. Medo. É que os triunfos militares-messiânicos (1964 foi messiânico: salvar o Brasil do demônio...) convidam o aparecimento dos delatores. Delação se torna uma forma de fazer amor: os insignificantes oferecem aos triunfantes, pela delação, as provas da sua lealdade. "Entrego-lhe, como prova de amor, mesmo aquele que toma comigo o mesmo sacramento..." Foi assim. Fúria de delação. A própria igreja (presbiteriana) ofertava seus filhos ao novo deus. Houve o famoso documento de acusação a seis pastores, em que as acusações que faziam contra nós iam desde que pregávamos que Cristo tinha relações com uma prostituta, até que recebíamos dinheiro de Moscou. Em algum lugar há de haver cópias do mesmo, com os nomes dos delatores, pastores, presbíteros...

Escrevi o livro "às margens dos rios de Babilônia", longe. Mistura de raiva e saudade. As palavras me escorriam como sangue, pedaços arrancados de mim. Mas os acadêmicos sempre têm medo dos líquidos e cheiros que pertencem à vida, e exigem que tudo seja mergulhado em formol. Minhas palavras saíram sinuosas, torturadas, o estilo negando a sua dor e sua esperança. Dei a ele um nome novo, nunca escrito em lugar algum: Towards a Theology of Liberation (Para uma Teologia da Libertação). O editor gostou do livro, mas não gostou do nome. Estranhou. Batizou com um outro: A Theology of Human Hope (A Teologia da Esperança Humana). E foi assim que ficou conhecido.



a vida vale a pena...

Talvez o equívoco tivesse sido bom. Porque, no passar do tempo, fui ficando longe daquilo que veio a ser teologia da libertação. E muitos me consideraram mesmo um desertor. É provável. É que, me parece, a teologia da libertação e os fundamentalismos clássicos são tão semelhantes. Claro, dizem coisas diferentes. Mas moram num mesmo mundo. Ambos estão em busca de uma verdade, têm seus textos inspirados e sagrados, e invocam a autoridade da realidade como fundamento de sua fala. Eu não acredito nisto. Estou convencido que quem pretende ter a verdade é um inquisidor em potencial. Se tenho a verdade, por que vou dar ouvidos a uma pessoa que tem idéias diferentes da minha?

A única autoridade que reconheço é a da beleza. Acho que é a beleza que faz o nosso corpo tremer e lutar. Também o medo pode fazer isto, e todos os inquisidores sabem como manipulá-lo. Já a beleza é mansa. Ela só reconhece o testemunho interior da alma. Não sou cristão porque creia na autoridade da Bíblia ou lá o que seja. É porque acho belos os símbolos que encontro na tradição cristã. Como também acho belos outros símbolos que encontro em tradições diferentes, e os uso com tanto prazer quanto os cristãos. O que me faz suspeitar que talvez eu não deva mais ser considerado cristão. Como os teólogos da libertação (alguns) me excluíram, os cristãos mais tradicionais têm todo o direito de fazer o mesmo. E confesso que não me importo.

Há também o gosto pela vida. Lembro de um companheiro de outro país que se levantava às cinco da manhã e começava a fazer ginástica. E dizia: "Estamos em guerra con el imperialismo. Hay que estar listos..." Nunca havia ido nem ao teatro e nem à praia. A primeira vez que foi ao teatro, foi o Jether e eu que o levamos. Já imaginaram o que pode fazer uma pessoa destas no poder? Desprezo as pessoas que não podem interromper suas graves investigações messiânicas para ver a banda passar, contando coisas do amor. A graça exige uma certa leveza, ao passo que a "justificação pelas obras" nos torna sérios e pesados. No mundo da "justificação pelas obras" não há lugar para circos, mas apenas para comitês de ação revolucionária...

Este horror ao prazer... O que me leva à Igreja Católica, que tanto me fascinou e que cada vez me espanta mais: tão à vontade quando a fala é política, tão esquisita quando a fala é sobre o prazer. Não quero ser libertado para seguir os tortuosos caminhos em que ela aprisiona o corpo. Sair de uma repressão econômica externa e cair numa repressão metafísico-moral interna? Cruz-credo. Prefiro a teologia do Guimarães Rosa (que cada vez mais me assombra).

Mudei muito. Confesso que nem preciso de Deus para fazer teologia. Teólogo mesmo se benze todo, ante tal afirmação. Mas os poetas entendem. "Saudade é o revés do parto. É arrumar o quarto para o filho que já morreu." Quem teve filho sabe. Mas quem nunca teve... Ainda que Deus não exista, perante a sua Ausência erigirei meus altares e cantarei meus poemas. Mas sei que isto parece absurdo para aqueles que só arrumam o quarto do Filho quando sua existência está garantida (ainda que invisível) ou quando sua Vinda já se anuncia... Que vocês decidam onde está o maior amor.

Minha teologia não precisa da existência de Deus. Por isto, deixou de ser teologia. Passou a ser poesia. Ela não prova nada. E nem quer. Somente anuncia Ausências, objetos para os quais a minha nostalgia se inclina.

O Hugo Assman, meu amigo, me disse que, relendo este livro, percebeu que continuo a falar sobre as mesmas coisas. Pura verdade. Nele já anuncio os meus temas. Tudo o mais são "variações". O tema? "Como dois e dois são quatro sei que a vida vale a pena, embora o pão seja pouco e a liberdade pequena. Como a noite carrega o dia no seu colo de açucena, sei que dois e dois são quatro, sei que a vida vale a pena..."

Demito-me da teologia. Não tenho nenhuma verdade a compartilhar. Mas ponho o meu corpo na poesia. É só o que tenho a oferecer...

Ah! Até me esqueci o comercial. Meu livro sai com novo nome, A Pa/Ciência da Esperança, coisas sobre que Jeremias sabe muito bem. Pela Papyrus Editora (Caixa Postal, 736 — CEP 13013 — Campinas/SP).

A administração dos conflitos nos Atos dos Apóstolos

Tereza Cavalcanti



“Uma boa pergunta, bem atual para orientar a leitura do texto, é a melhor chave para abrir o sentido do texto para nós.”

(Carlos Mesters, “Os conflitos no livro dos Atos dos Apóstolos”, in *Estudos Bíblicos* n.º 3, *Vozes*)

Seguindo a sugestão de Carlos Mesters, trazemos aqui duas perguntas que emergem da experiência dos cristãos hoje engajados na luta pela libertação do povo. Estas questões que levantamos não excluem de modo nenhum muitas outras, nem pretendem ser as mais importantes. O seu único valor é o fato de — assim nos parece — surgirem da prática e da realidade vivida que podemos observar em diversas comunidades cristãs pelo Brasil afora.

1) A primeira pergunta parte do *conflito externo* que põe em risco a sobrevivência dos pobres e ameaça extinguir a esperança nas comunidades que tentam viver o Evangelho. De fato, vivemos numa sociedade onde o ser humano é uma preocupação menor: aqueles que têm o poder nas mãos não estão interessados na vida, saúde, educação e bem-estar das maiorias. A vida do homem e até mesmo da natureza deixou de ser uma prioridade (!) naquelas esferas que decidem os rumos de nossa sociedade. Uma das conseqüências disso é a oposição sistemática, ostensiva e implacável daqueles setores contra as tentativas de defesa dos direitos dos pobres e marginalizados. Tal oposição se estende e se precipita com mais força sobre aqueles

que procuram levar o Evangelho às suas últimas conseqüências (exemplo disso é a recente campanha desencadeada pelos órgãos de imprensa contra o Cimi e a CNBB, devido à atuação destes em defesa das nações indígenas). Ora, debaixo da opressão e cansados de frustrações sucessivas, muitos cristãos sofrem a tentação do desânimo, do descrédito ou da fuga para outras opções mais confortáveis: o individualismo, o misticismo desencarnado, a capitulação diante do sistema... Assim, em não poucas comunidades, a fé se encontra ferida, a esperança duramente provada: “Chega de mártires! Queremos nossos mártires vivos!”, dizia-se em dado momento no 6.º Encontro Intereclesial de CEBs.

Diante dessa realidade, voltamo-nos para a igreja primitiva. Sabemos que ela suportou dificuldades semelhantes e perguntamos: qual a atitude dos primeiros cristãos em face das ameaças externas que sofreram por parte de seus adversários judeus e pagãos? O que o livro dos Atos dos Apóstolos nos revela sobre isto?

2) A segunda pergunta está ligada à primeira e surge do *conflito interno*. Percebemos que o cristianismo apresenta hoje na América Latina divisões e tensões internas. Mesmo lá onde os pobres conseguem viver na acolhida e na partilha um “novo modo de ser Igreja”, mais comunitário, mesmo aí há divisões, sectarismos, rixas e “pichações” mútuas entre os irmãos. Há conflitos entre leigos e padres ou pastores, entre a hierarquia e a base, agentes de pastoral e povo, mulheres e homens, jovens e adultos; há desentendimentos entre membros de partidos políticos, de sindicatos, de pastorais específicas, de associações de bairro etc, tudo com repercussão na comunidade de fé. Isto sem falar nas divisões mais amplas, que opõem umas igrejas contra outras, conservadores contra progressistas, carismáticos contra

os mais preocupados com questões políticas e sociais etc.

Daí a pergunta: a igreja que aparece nos Atos dos Apóstolos também não sofria contradições internas? Como eram administradas essas questões pelos apóstolos e discípulos?

Para responder a estas duas perguntas seria necessário um longo estudo (Mesters, no artigo citado, propõe um estudo. Vários artigos da mesma publicação tocam no assunto. Ver também Eliseu H. Lopes, *O caminho feito pela palavra*, Paulinas). Aqui estamos apenas chamando a atenção para alguns pontos, abrindo uma "pica-da" a mais, entre outras que já foram traçadas. Vamos primeiro interrogar o autor dos Atos dos Apóstolos e em seguida tentar descobrir no texto algumas pistas para as questões que levantamos.

Um autor sensível aos conflitos

O autor dos Atos dos Apóstolos — o mesmo do evangelho de Lucas — demonstra em seus escritos uma sensibilidade especial, tanto para perceber a existência de conflitos como para tentar trabalhá-los, fazendo deles uma oportunidade de crescimento da igreja.

1) Uma primeira lição que ele nos dá é o fato de *não esconder os conflitos*; ao contrário, explicita-os bastante. Lucas não precisou dos modernos conhecimentos de Psicologia para saber que o primeiro passo na solução de um conflito é reconhecê-lo e explicitá-lo.

2) Ele sabe também — e esta é a segunda lição — que uma dificuldade presente não pode ser resolvida sem a percepção de sua gênese no passado. Que toda busca de identidade se faz através de uma *volta às origens*. Por isso, confrontado com os desafios que se colocavam para os cristãos da segunda geração, lá pelos anos 80, Lucas vai recorrer a um trabalho de pesquisa e redação da *memória* da "infância" da igreja. Sentindo a fé das comunidades abalada, o autor dos Atos toma uma iniciativa que até hoje nos presta um imenso serviço: ele tenta colocar o leitor em contato com a vitalidade, a explosão de alegria e a audácia dos discípulos da primeira geração. Mostra como eles eram impulsionados pela força do Espírito e como o "caminho" que trilhavam se expandia por toda parte, apesar das dificuldades e perseguições. Através de um esmerado esforço de composição literária, Lucas nos oferece um retrato vivo daquilo que a comunidade primitiva tinha de melhor e que pôde permanecer como modelo e ideal para todo o futuro da igreja. Desta forma ele

contribui para restabelecer nos corações a confiança e o ânimo, ao mesmo tempo em que reforçava os traços da identidade da igreja, enquanto comunidade assistida pelo Espírito, na presença de Jesus Ressuscitado.

A explicitação dos conflitos nos Atos

O livro dos Atos dos Apóstolos refere-se mais de cem vezes aos conflitos que surgiram na caminhada dos primeiros cristãos (cfme. Carlos Mesters, *op. cit.*). A maioria deles opunha judeus contra cristãos. Mas também havia a perseguição por parte dos pagãos e os desentendimentos entre os próprios irmãos que aderiram ao Evangelho. É este último aspecto que nos interessa enfocar mais de perto.

O principal problema que causou dúvidas e divergências entre os primeiros cristãos foi a questão da lei judaica, que dividiu os discípulos em dois grupos: os "judaizantes", que eram partidários do cumprimento das prescrições da lei de Moisés, inclusive a circuncisão, pelos cristãos oriundos do mundo grego; e os "helenistas", que reivindicavam a liberdade em relação à lei mosaica, bastando para eles o batismo e a adesão a Cristo. Como foi resolvida essa questão? Como impediram que ela viesse a destruir por dentro um grupo que já era pequeno e frágil por fora? No livro dos Atos observa-se o seguinte:

1) Nos momentos de divisão mais aguda os irmãos *se reuniam em Assembléia* (At.6,2; 15,6-30) e *procuravam decidir por consenso* (6,5; 15,22; 15,25-31). As rupturas também ocorreram, mas resultavam de

conflitos entre pessoas (Barnabé e Paulo: 15,36-40), sem envolver a comunidade; ou então resultavam de algo mais grave, como no caso de Ananias e Safira (5,1-11), um episódio também individualizado.

2) Na explicitação dos problemas, a *discussão* podia ser forte e prolongava-se pelo tempo que fosse necessário (11,1-18; 15,7-39). Era importante que as queixas mútuas pudessem ser colocadas abertamente e sem meias palavras.

3) A *referência às palavras de Jesus e às Escrituras* iluminava as decisões e interpretações dos fatos (11,16; 15,16-17).

4) A *abertura aos sinais de Deus e ao Espírito Santo* gerava a modificação das posturas enrijecidas (11,17-18; 15,7-11;14,28).

5) A preocupação de manter sempre uma *comunicação entre as comunidades* gerava todo um vai-e-vem de apóstolos e missionários. Isto permitia a circulação de informações e evitava os mal-entendidos. Por isso Paulo fez tanta questão de voltar constantemente a Antioquia, Cesaréia e principalmente Jerusalém (8,14;11,22; 15,2-22; 23,30-33; 16,4; 18,22; 19,21; 20,16).

6) As divisões e os equívocos podiam ser sanados porque havia *uma base de solidariedade num nível mais profundo*, laços de verdadeira fraternidade e um clima permanente de oração e celebração (2,42-47; 4,32-35; 11,27-30; 20,7-36; 12,12 etc.).

7) Também a *humildade e honestidade intelectual* torna-se um fator "terapêutico" nas situações em que as pessoas, devido a uma posição de poder, tendem a esquecer suas próprias fraquezas. Assim Pedro reconhece honestamente que não se podia impor aos pagãos convertidos as exigên-



cias da lei mosaica: “um jugo que nem nossos pais nem mesmo nós pudemos suportar” (15,10; cf. Gl 2,14).

8) *A renúncia às questões menores* ajudava a preservar o essencial e a unidade. Respeitava-se a delicadeza da fé dos diferentes grupos e o amor se sobrepunha às particularidades culturais (6,2-6; 15,19-20; 15,28-29; 16,3; 21,26).

9) Uma importância muito grande era dada aos *relatos de experiências*, especialmente quando havia motivo de queixa contra alguém. Detemo-nos um pouco neste ponto, por considerá-lo importante e sugestivo para nossos dias.

a) Diante das críticas dos judaizantes de Jerusalém, Pedro retoma a questão desde o início e “ponto por ponto” (11,4), contando-lhes sua visão em Jope, sua ida a Cesaréia e o episódio na casa de Cornélio (11,5-17).

b) Quando o problema se instala na comunidade de Antioquia, Paulo e Barnabé vão a Jerusalém e, ao serem recebidos, relatam “tudo o que Deus fizera junto com eles” (15,4). Em seguida, no Concílio de Jerusalém, após a fala de Pedro “toda a assembléia silenciou” e passou a ouvir Paulo e Barnabé narrarem, mais uma vez, sua experiência entre os pagãos (15,13).

c) Ao voltar de suas viagens missionárias, Paulo se reúne com os anciãos na casa de Tiago e expõe-lhes “minuciosamente o que Deus fizera entre os gentios por seu ministério” (21,19).

Nota-se que ao fim dos relatos volta a reinar o entendimento e a alegria entre os irmãos (11,18; 15,25-26; 21,20a). A importância de ouvir a narrativa de experiências, de modo especial nos momentos de dúvidas e acusações mútuas, é que desta forma os gestos considerados censuráveis podem ser colocados dentro do contexto que os provocou, tornando-os então compreensíveis. Assim, hoje também se dá muita importância aos “depoimentos” nas comunidades, o que ajuda a manter um clima de entendimento e solidariedade. Note-se que esta atitude de saber *ouvir* e *falar* sobre experiências vividas no passado também esteve na origem da Bíblia. Além de ajudar a dissolver posições de confronto e intolerância, ela contribui para restabelecer a confiança e reforçar a identidade das comunidades. Isto nos leva a abordar novamente a questão da primeira pergunta, levantada no início.

Socorrer a fé ameaçada

Já nos referimos ao fato de que o próprio livro dos Atos é um testemunho de co-

mo Lucas tenta devolver aos cristãos dos anos 80 o entusiasmo e a confiança na igreja de Cristo. Esmagados sob a perseguição do Império Romano e decepcionados com a demora de Cristo em voltar, conforme esperavam, os cristãos da segunda geração sentiam abalar-se a fé e esgotar-se a capacidade de resistência.

A situação era semelhante à das comunidades das camadas oprimidas de hoje. As promessas de paz, justiça e amor, as expectativas de libertação parecem afastar-se para um horizonte tão distante que nos perguntamos se não passaríamos de ilusões. Como manter viva a utopia? Como impedir que a chama da fé se apague? O livro dos Atos nos abre algumas perspectivas.

1) Aqui também é de se ressaltar a importância dos *relatos de fatos e experiências*. Lucas não se importa de contar repetidas vezes a história de Pedro na casa de Cornélio e o episódio da conversão de Paulo, ambos momentos decisivos na arrancada da igreja primitiva em direção a sua missão universal. Por muitas vezes os apóstolos contam o que lhes sucedeu, não só para responder a acusações, mas principalmente para colocar em comum o sucesso de suas missões, a descoberta da graça de Deus que os acompanhava. Surgiam assim os entusiasmados discursos anunciadores da Boa Nova (2,14-36; 3,11-26; 7,1-53; 10,34-43; 13,16-41 etc.), bem como as narrações das viagens de Paulo (14,27; 15,4-12; 21,19). Ao fim desses discursos muitos se convertiam, outros davam glória a Deus, de tal modo que ia sendo tecida, na alegria e na comunhão, uma rede solidária de crenças.

Pensamos que, diante de situações difíceis experimentadas nas nossas comunidades hoje, torna-se importante dar *espaço para os depoimentos de fatos alentadores*, o relato de pequenas vitórias que o povo vai conquistando e partilhando.

2) Faz parte da arte da narração o uso de recursos que dão ao texto um sabor vivo, colorido e cativante. *O elemento maravilhoso* adquire aí o seu sentido. Quando Lucas conta a libertação de Pedro da prisão pelo anjo (12,6-17) e a de Paulo e Silas em Filipos (16,25-40), o elemento maravilhoso vem transmitir ao leitor a atmosfera contagiante de alegria e entusiasmo que sobrevem nos momentos de vitória e compensação das lutas. Às vezes, não estamos suficientemente atentos para a importância dos pequenos detalhes nas narrações do povo: as pinceladas cômicas (12,14-15), as alusões figurativas e o exagero nas cores com que são contados os fatos (2,1-13), fazem parte da habilidade de transmitir os acontecimentos sem separá-los da emoção com que foram vivenciados. Isto também ajuda a criar nas pessoas no-

vas forças e uma base de segurança afetiva que gera união e coragem.

3) *A livre expressão dos sentimentos* é outro aspecto da igreja primitiva que Lucas deixa transparecer nos Atos. Vê-se tanto a explosão da alegria (2,46; 8,8-39; 13,48-52 etc.) como o temor, a admiração e o assombro (2,37-43; 3,10), a intrepidez ou audácia (2,29; 4,13-29; 28,31). Há palavras carregadas de emoção, como o discurso de despedida de Paulo em Mileto (20,18-35), que termina provocando manifestações patéticas, corporais mesmo, de carinho e preocupação: “Todos, então, prorromperam num choro convulsivo. E lançando-se ao pescoço de Paulo, beijavam-no, veementemente aflitos...” (20,37-38). Hoje tudo isto pode nos parecer um tanto exagerado. Os críticos alertam para a função ambígua que a livre expressão das emoções pode exercer, fazendo esquecer ou ocultar as contradições da realidade. No entanto, tal expressão não deixa de ter um papel terapêutico, numa sociedade fortemente estressante como a nossa (ver J. B. Libânio, *Pastoral numa sociedade de conflitos*, Vozes, p. 64-70). Felizmente o povo tem aprendido a criar seus próprios modos de expressar sentimentos através de dramatizações, poesias, cantos e... celebrações.

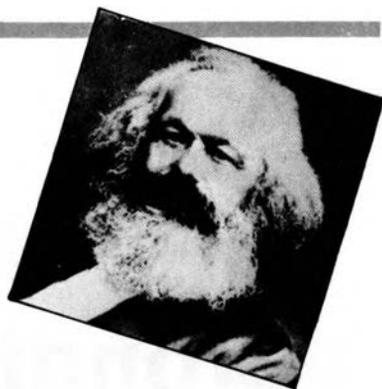
4) *As celebrações* pertenceram à realidade mais profunda que constituiu a igreja descrita nos Atos. Havia a fração do pão (2,42-46), as orações (2,42-47; 4,24-31), a imposição das mãos (6,6; 8,17), o batismo na água (8,38; 10,48) e no Espírito (8,17; 10,44), o envio em missão (13,3), a instituição de ministérios (6,6; 14,23), as bênçãos de despedida (15,33). As celebrações faziam parte da vida quotidiana e dos momentos fortes da caminhada. Como ainda hoje, elas confirmavam a fé, preparavam para enfrentar as dificuldades e estabeleciam uma íntima relação com o Cristo Ressuscitado e o Espírito Santo. As celebrações eram e continuam sendo um espaço que liga o presente, com todas as suas limitações, à utopia do futuro, onde o Reino de Deus será *topia*.

Conclusão

O livro dos Atos fornece ainda muitos outros elementos sugestivos para os cristãos de hoje. Num equilíbrio bem proporcionado entre a história pessoal de cada um e a vocação da comunidade em crescimento, Lucas nos permite herdar toda uma sabedoria que vem da gestação do novo num contexto velho.

Tereza Cavalcanti, teóloga, é professora da PUC-Rio. Autora de *A lógica do amor — pensamento teológico de Carlos Mesters* (Paulinas).

Marx e a religião



Julio de Santa Ana



Vamos dar a seguir um breve resumo do pensamento de Karl Marx em relação aos problemas religiosos, seguindo sua própria evolução.

1º período

Trabalhos de juventude: ao terminar seus estudos secundários Marx escreveu uma composição sobre o tema — *Fundamento, essência, necessidade incondicional e efeitos da união dos crentes em Cristo, segundo João 15,1-14*. Escrito em 1835, quando estava com dezessete anos de idade, revela uma educação religiosa luterana, marcada por influências pietistas.

2º Período

A “Crítica do Céu”: através do que resta da dissertação da tese de doutoramento de Marx sobre *A Diferença entre as Filosofias da Natureza em Demócrito e Epicuro*, percebe-se que a fase de formação universitária de Marx foi dominada pelo pensamento dos críticos da religião do pe-

ríodo da 1ª Enciclopédia. Trata-se de um *ateísmo filosófico*, que permitiu a Marx atacar diversas formas de pensamento religioso e, ao mesmo tempo, o materialismo ingênuo. Nesta dissertação doutoral já se percebe a orientação de suas reflexões em direção ao materialismo histórico.

3º Período

A “Crítica da Terra”: pode ser dividido em três fases.

1) *Ateísmo Humanista*: corresponde aos anos de 1842-1844. As obras produzidas durante esses anos e nas quais emerge esse tipo de crítica são as seguintes: *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel* (1844); *A Questão Judaica* (1844); *Manuscritos Econômico-Filosóficos* (1844). A influência de Feuerbach e, conseqüentemente, da rebelião contra o pensamento de Hegel aparecem com muita clareza. Marx estava preocupado com a libertação concreta do ser humano. Com esse objetivo assinala que “a crítica da religião é a premissa de todas as críticas”. (cfme. introdução da *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*). O ser humano religioso é um ser alienado, desdobrado, que não assume sua humanidade concreta. Daí a necessidade de sua libertação. A crítica filosófica da religião segue-se a crítica da prática do ser humano. Esta demonstra que o homem é alguém que trabalha, mas que não chega a usufruir do fruto do seu esforço. A propriedade privada dos meios de produção é o fator que marca sua alienação. A religião, ao justificar ideologicamente este direito de propriedade, tem que ser combatida. A religião é uma ilusão perigosa: é “o ópio do povo”.

2) *Ateísmo político*: período que transcorre entre 1845-1848. Alguns dos trabalhos de Marx desses anos nos quais aparece a reflexão sobre o problema da religião foram: *A Ideologia Alemã* (1845-1846); *Miséria da Filosofia* (1847); *Manifesto do Partido Comunista* (1848). Durante esse período, Marx tomou posição contra aqueles que defendiam o socialismo a partir de premissas cristãs. Entre eles se encontrava Pierre-Joseph Proudhon que escreveu seu *Sistema das Contradições*

Econômicas ou Filosofia da Miséria, que foi duramente criticado por Marx em seu *Miséria da Filosofia*. A opção pelo socialismo a partir de bases religiosas é uma expressão do idealismo que Marx combateu permanentemente. A exigência pelo socialismo não pode nascer de instituições religiosas, senão da própria realidade histórica, econômica.

A utopia da sociedade sem classes não pode chegar a ser concretizada sem lutas. Ela não depende de uma conversão do espírito, senão de uma luta social. A religião (o cristianismo em suas várias versões até meados do século 19 na Europa Ocidental) fazia opção em favor dos opressores. Daí a necessidade de combatê-la.

3) *Ateísmo científico*: a “Crítica da Terra” culminou quando Marx começou a criticar a religião velada, implícita no sistema de opressão burguês, que esconde sua identidade opressora e exploradora atrás de mecanismos inexplicados, que assumem um papel misterioso. É o caso, por exemplo, do “fetichismo da mercadoria” e da apropriação do fruto do trabalho do operário através da criação da mais-valia em benefício do capitalista (cf. *O Capital*, livro 1).

Esta fase se estendeu de 1848 até o fim da vida de Marx. Além de *O Capital*, merecem ser citadas as seguintes obras: *Elementos Fundamentais para a Crítica da Economia Política* (*Grundrisse*, 1857-1858); *Contribuição à Crítica da Economia Política* (1859, especialmente o *Prólogo*); *Crítica do Programa de Gotha* (1875). O ateísmo é um componente necessário para a transformação da sociedade. Segundo havia escrito em 1845 ao redigir suas Teses sobre Feuerbach: “Os filósofos não fizeram mais que interpretar o mundo de diversos modos, mas o que importa é transformá-lo” (tese nº 11). A crítica da religião é uma necessidade histórica, segundo a concepção do materialismo histórico de Marx.

Julio de Santa Ana, teólogo metodista. é diretor do Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular (Cesep). Autor de *Pão, Vinho e Amizade* (CED) e *Ecumenismo e Libertação* (Vozes).



Cronologia das principais revoluções socialistas

1917 — *Rússia* — Os bolcheviques, liderados por V. I. Lênin, assumem o poder.

1945/49 — *Leste Europeu* — Após a Segunda Guerra Mundial, são instauradas várias repúblicas socialistas: Alemanha Oriental, Albânia, Bulgária, Hungria, Iugoslávia, Polónia, Romênia, Tchecoslováquia.

1949 — *China* — O exército popular de Mao Tsetung derrota Chiang Kai-shek e é proclamada a República Popular da China.

1959 — *Cuba* — Depois de decisivas vitórias sobre as tropas do ditador Fulgêncio Batista, os revolucionários, comandados por Fidel Castro, fazem de Cuba o primeiro Território Livre da América.

1975 — *Moçambique* — É proclamada a República Socialista de Moçambique, após onze anos de luta armada sob a direção da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), criada em 1962.

1976 — *Vietnã* — Com o nome de República Socialista do Vietnã, acontece a reunificação do país, dividido em 1954. Em 1973, os norte-americanos tinham sido expulsos pelos norte-vietnamitas.

1976 — *Angola* — Sob o comando de Agostinho Neto, o Movimento Popular pela Libertação de Angola (MPLA) vence os grupos mercenários de Holden Roberto e Jonas Savimbi e impõe definitivamente a sua hegemonia interna.

1979 — *Nicarágua* — A insurreição popular, conduzida pela Frente Sandinista de Libertação Nacional, derruba a ditadura de Anastasio Somoza.